

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
NÍVEL DE MESTRADO**

**NATÁLIA WULFF FETTER**

**AJUDA INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO: OS  
CONDICIONANTES E EFEITOS PARA OS PAÍSES RECEPTORES SEGUNDO  
ESTUDOS EMPÍRICOS SELECIONADOS**

**SÃO LEOPOLDO (RS)**

**2012**

NATÁLIA WULFF FETTER

**AJUDA INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO: OS  
CONDICIONANTES E EFEITOS PARA OS PAÍSES RECEPTORES SEGUNDO  
ESTUDOS EMPÍRICOS SELECIONADOS**

Dissertação apresentada à Universidade  
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS,  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo

SÃO LEOPOLDO (RS)

2012

F421a Fetter, Natália Wulff.

Ajuda internacional e crescimento econômico: os condicionantes e efeitos para os países receptores segundo estudos empíricos selecionados / Natália Wulff Fetter. – 2012.

76 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2012.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

NATÁLIA WULFF FETTER

**AJUDA INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO: OS  
CONDICIONANTES E EFEITOS PARA OS PAÍSES RECEPTORES SEGUNDO  
ESTUDOS EMPÍRICOS SELECIONADOS**

Dissertação apresentada à Universidade  
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS,  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Economia.

Aprovado em 27 / 07 / 2012

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sabino Porto Junior

---

Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lélis - UNISINOS

---

Orientador: Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo

Visto e permitida a impressão

São Leopoldo,

---

Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves  
Coordenador Executivo do PPG em Economia

*Ao Vinícius, por tudo.*

## **AGRADECIMENTOS**

A experiência no curso de Mestrado em Economia foi a concretização de um sonho e também um esforço intenso. E, claro, nada disso teria acontecido não fosse pelo apoio e parceria de algumas pessoas importantes.

Agradeço a todos os professores com quem tive oportunidade de conviver nesse período, em especial a Tiago Alves, Angélica Massuquetti e André Azevedo por terem me incentivado a pesquisar o tema que mais me fascinava. O meu agradecimento especial vai para o Professor André Azevedo, por te acreditado, apostado no tema que escolhi e me proporcionado valiosas experiências nesse período.

Minha participação neste curso foi marcada pela convivência com algumas pessoas que se tornaram, além de colegas, amigos muito queridos. Na sala de aula, ou mesmo na mesa de um bar, nossas discussões foram muito enriquecedoras e espero que continuemos a nos encontrar. Menciono aqueles com quem trabalhei mais diretamente: Gustavo Schuck, Romário Gollo, Jorge Soares e Michelle Salles, pelas noites e finais de semana no grupo de estudos.

Agradeço aos meus amigos que souberam entender a minha ausência em muitas oportunidades e tiveram a paciência de me ouvir falar sobre Economia, mesmo quando não lhes interessava muito.

Aos meus revisores de plantão - Vinícius, Bruna e Leila, que leram e releram meus rascunhos nas mais diversas formas e contribuíram com suas visões críticas para revisar minha escrita, muito obrigada!

Minha família foi e sempre será meu exemplo e incentivo. Ao meu pai, por ser um grande sonhador e um exemplo de dedicação. Minha mãe, por sempre me dizer que sou capaz e me apoiar. Minhas irmãs, vocês enchem a minha vida de emoção. E, finalmente, ao meu marido, por acreditar mesmo quando eu não acreditei. Minha vida é muito mais divertida contigo.

*“(...) De fato, como podia  
Um operário em construção  
Compreender por que um tijolo  
Valia mais do que um pão?  
Tijolos ele empilhava  
Com pá, cimento e esquadria  
Quanto ao pão, ele o comia...  
Mas fosse comer tijolo!  
E assim o operário ia  
Com suor e com cimento  
Erguendo uma casa aqui  
Adiante um apartamento  
Além uma igreja, à frente  
Um quartel e uma prisão:  
Prisão de que sofreria  
Não fosse, eventualmente  
Um operário em construção.  
(...)”*

*E um grande silêncio fez-se  
Dentro do seu coração  
Um silêncio de martírios  
Um silêncio de prisão.  
Um silêncio povoado  
De pedidos de perdão  
Um silêncio apavorado  
Com o medo em solidão.*

*Um silêncio de torturas  
E gritos de maldição  
Um silêncio de fraturas  
A se arrastarem no chão.  
E o operário ouviu a voz  
De todos os seus irmãos  
Os seus irmãos que morreram  
Por outros que viverão.  
Uma esperança sincera  
Cresceu no seu coração  
E dentro da tarde mansa  
Agigantou-se a razão  
De um homem pobre e esquecido  
Razão porém que fizera  
Em operário construído  
O operário em construção.”*

*Trecho de “Operário em Construção”  
Vinicius de Moraes*

## RESUMO

Houve um aumento da riqueza e uma melhora na qualidade de vida das nações ao redor do mundo, notadamente desde o início do século XX. Neste contexto de crescimento econômico, percebe-se que nem todos os países cresceram da mesma maneira e que aproximadamente uma em cada seis pessoas vive em extrema pobreza atualmente. Uma alternativa para resolver este problema é a ajuda internacional e tem se estudado e debatido como ela pode acelerar o processo de crescimento econômico. Inúmeros fatores são mencionados na literatura como essenciais para este avanço. O presente trabalho debate os resultados de recentes estudos empíricos quanto aos impactos da ajuda internacional sobre o crescimento econômico dos países receptores. Assim, a partir da perspectiva das possibilidades de atuação para apressar o desenvolvimento econômico e abreviar a desigualdade de renda, este estudo avalia o crescimento econômico dos países menos desenvolvidos, sobretudo a pobreza, enfatizando o comportamento do continente africano. A seguir, são expostos os conceitos referentes à ajuda internacional para os países e sua evolução ao longo do tempo, buscando decompor os gêneros de assistência e suas finalidades. A revisão de literatura também contempla diferentes maneiras testadas na avaliação da eficácia da ajuda para os países favorecidos, identificando os métodos e indicadores que buscam elucidar a relação entre ajuda e crescimento.

**Palavras-chave:** Redução da Pobreza. Ajuda internacional. Crescimento econômico.

## ABSTRACT

Since the beginning of the XIX<sup>th</sup> century the world has been living in an era of economic prosperity and quality of life improvement. In this context of economic growth, there have been different kinds of growth among countries and there are about one in six people in the world that live in extreme poverty. One alternative that has been discussed to reduce poverty is foreign aid and how it can haste this process. The literature mentions several factors as essential to this progress. Thus, from the perspective of possibilities to accelerate economic development and shorten the income inequality, this paper aims to address the international aid as a motivator of progress. Initially, the study assesses the economic growth of less developed countries, especially the issue of poverty, emphasizing the behavior of the African continent. Then foreign aid is delimited by actors, types and purposes. The literature review also addresses the different ways tested in evaluating the effectiveness of aid in recipient countries by identifying and selecting methods and indicators that explain the relationship between aid and growth.

**Key words:** Poverty reduction. Foreign aid. Economic growth.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do percentual da população em regiões em desenvolvimento que vive com até US\$2 ao dia (PPC), 1981-2008.....	24
Gráfico 2: Evolução da ajuda internacional <i>per capita</i> em dólares correntes, 1960-2009 .....	39
Gráfico 3: Aumento da ajuda internacional (em U\$ bilhões), 2003-2010 .....	42

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa mundial do percentual da população vivendo com menos de US\$1,25 (PPC) ao dia.....	25
Figura 2: A armadilha da Pobreza.....	29
Figura 3: Ajuda internacional líquida (net ODA) como percentual da Renda Nacional Bruta, 2009.....	44
Figura 4: Ajuda segundo os propósitos para alocação.....	47
Figura 5: O papel da Ajuda Internacional para acabar com a armadilha da pobreza	49

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação entre as gerações de estudo sobre a relação da ajuda internacional e o crescimento econômico .....	52
Quadro 2: Comparativo entre os estudos.....	64
Quadro 3: A eficácia da ajuda e os estudos da segunda geração .....	66

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação de algumas regiões no PIB mundial, 1980 e 2009 .....	20
Tabela 2: Média do crescimento do PIB em regiões em desenvolvimento por década (%), 1960-2000.....	22
Tabela 3: 10 países africanos com maior percentual da população vivendo com menos de US\$2/dia.....	26
Tabela 4: Ajuda internacional recebida (em U\$ milhões), 1960-2009.....	36
Tabela 5: Relação dos países africanos que mais receberam ajuda em relação a sua Renda Nacional, 1960-2009.....	37

## SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO.....	14
2CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA NOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS .....	17
2.1 ALGUNS FATOS SOBRE POBREZA .....	22
2.2 AS ARMADILHAS PARA O DESENVOLVIMENTO E POSSÍVEIS ALTERNATIVAS .....	28
3AJUDA INTERNACIONAL.....	34
3.1 A AJUDA INTERNACIONAL EM UM CONTEXTO HISTÓRICO .....	35
3.2 CONCEITOS DE AJUDA INTERNACIONAL .....	38
3.2.1DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA AJUDA INTERNACIONAL.....	38
3.2.2ATORES DO SISTEMA DE AJUDA INTERNACIONAL .....	41
4A RELAÇÃO ENTRE AJUDA INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO .....	45
4.1 ANÁLISE TEÓRICA.....	45
4.2 ANÁLISE EMPÍRICA .....	50
4.2.1PRIMEIRA GERAÇÃO DE ESTUDOS .....	53
4.2.2 SEGUNDA GERAÇÃO DE ESTUDOS .....	55
4.3COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTUDOS DA SEGUNDA GERAÇÃO .....	61
4.3.1 ESTIMADOR APLICADO, DADOS E PERÍODO .....	62
4.3.2 Os EFEITOS DA AJUDA NO CRESCIMENTO ECONÔMICO .....	64
5CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS .....	70
ANEXO A - LISTA DOS PAÍSES E ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DA DECLARAÇÃO DE PARIS (OCDE, 2005).....	76

## LISTA DE SIGLAS

2SLS: *Two Stage Least Squares*

CPIA: Country Police and Institutional Assessments

DAC: *Development Assistance Committee* (Comitê de Assistência ao Desenvolvimento)

EDA: *Effective Development Assistance* (Assistência Efetiva ao Desenvolvimento)

FMI : Fundo Monetário Internacional

GMM: General Method of Moments

IDA: International Development Association

IFI: Instituições Financeiras Internacionais

MQO: Mínimos Quadrados Ordinários

OCDE : Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico

ODA: *Overseas Development Assistance* (Assistência Internacional ao Desenvolvimento)

ODM: Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

ONU: Organização das Nações Unidas

PIB: Produto Interno Bruto

PNB: Produto Nacional Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC: Poder de Paridade de Compra

PPP: Parceria Público-Privada

UN-OHRLLS: *United Nations Office of the high Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and the Small Island Developing Countries* (Escritório Representativo das Nações Unidas para os países menos desenvolvidos, sem saída para o mar e pequenas ilhas)

UNAIDS: Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

UNCTAD: *United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, pôde-se perceber um aumento da riqueza e uma melhora na qualidade de vida no mundo como um todo. Entre 1980 e 2009, o PIB mundial aumentou em mais de cinco vezes, atingindo o valor de US\$ 58 trilhões. Quando se pensa em crescimento econômico, é importante entender a abrangência deste na redução efetiva da pobreza da população<sup>1</sup> e a relação que a ajuda internacional pode propiciar nesse contexto. A região que mais se destacou na evolução de crescimento do seu produto interno foi o leste asiático, que aumentou sua riqueza em quase oito vezes, enquanto o continente africano continua apontado por possuir a maior parcela de países na lista dos países menos desenvolvidos<sup>2</sup>.

Apesar desses resultados positivos, a ONU estima que aproximadamente uma em cada seis pessoas no mundo vive em estado de extrema pobreza. Nesses casos tais países podem ser classificados como presos na armadilha da pobreza. Na tentativa de reverter este cenário, tem havido ao longo dos últimos 50 anos uma crescente mobilização de esforços e recursos em prol de maneiras de auxiliar no estímulo do crescimento econômico, destacando a ajuda internacional como caminho utilizado por muitos.

Mesmo com o volume de ajuda internacional proveniente das mais diversas fontes, dos 48 Estados classificados pela ONU como menos desenvolvidos, 33 pertencem ao continente africano, 14 à Ásia e um à América Latina. Há de se considerar que os países africanos foram os últimos a declarar suas independências - a Namíbia se tornou independente apenas em 1990 -, além das incontáveis guerras civis que alguns enfrentaram durante as décadas seguintes.

---

<sup>1</sup> O Banco Mundial conceitua a medida de pobreza como sendo de U\$2,00 ao dia e de pobreza extrema como de U\$1,25 para consumo pelo Poder de Paridade de Compra (PPC).

<sup>2</sup> Segundo a classificação da Organização das Nações Unidas (ONU), pelos seus baixos indicadores de renda, vulnerabilidade econômica e critérios de desenvolvimento do capital humano (saúde e educação).

Durante a década de 2000, houve diversos trabalhos a respeito da ajuda internacional e foram levantados questionamentos sobre sua eficácia no crescimento econômico dos países que a recebem, como foi bem descrito por Easterly (2008, p. 8), quando afirmou que “a mistura de expectativas grandiosas para a ajuda futura, com a frustração da ajuda existente, captura bem o clima confuso atual das opiniões sobre o que a ajuda internacional está fazendo, fará, ou deveria fazer”.

Dentro desta perspectiva, o presente estudo apresenta e discute recentes estudos empíricos a respeito da relação entre ajuda internacional e crescimento econômico dos países que a recebem. Há vários fatores que a literatura aponta como fundamentais para esse debate, como as condicionalidades (qualidade das políticas fiscal, monetária e comercial, localização geográfica, conflitos, dentre outros). Assim, este trabalho busca tratar da relação da ajuda internacional como incentivadora da melhoria de bem-estar da população que a recebe, dentro da perspectiva de possibilidades de atuação para acelerar o crescimento econômico e diminuir a desigualdade de renda.

Assim, o objetivo desta pesquisa é apresentar e discutir a ajuda internacional e suas relações com o crescimento econômico dos países receptores com o intuito de reduzir a pobreza da população. O interesse pelo tema surgiu a partir de leituras e pesquisas prévias a respeito do continente africano e por perceber o problema histórico de pobreza no continente e falta de crescimento contínuo e sustentado. Isso gerou uma inquietação em estudar o crescimento econômico, seus determinantes e mecanismos para entender as alternativas existentes para atingir melhores resultados. Dentro das opções já existentes de estímulo foi percebida a importância dada à ajuda internacional por organismos bilaterais e multilaterais, o que resultou na grande motivação do presente trabalho.

O estudo é dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo examina o crescimento econômico dos países menos desenvolvidos, principalmente, no que se refere à questão da pobreza e às justificativas para este fato, ressaltando o continente africano pelo seu destaque neste contexto. No terceiro, são apresentados os conceitos referentes à ajuda internacional para os países e sua

evolução ao longo do tempo, dividindo os tipos de assistência para os países e sua destinação. No quarto capítulo, faz-se a revisão bibliográfica das diferentes maneiras testadas para avaliar a efetividade da ajuda para os países receptores, com o propósito de identificar e selecionar os métodos e indicadores que melhor tentam explicar a relação entre ajuda e crescimento. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa e sugestões para futuras investigações sobre o tema.

## 2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA NOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

Apesar de o mundo ter passado por duas guerras mundiais e algumas crises econômicas ao longo do último século (como a norte-americana em 1929, a mexicana em 1982, a dos tigres asiáticos em 1997 e novamente a recente norte-americana em 2008), a renda da população mundial como um todo vem crescendo continuamente. Mesmo assim, o crescimento econômico dos países aconteceu de maneira desigual, gerando uma grande diferença entre renda e qualidade de vida de populações. Suécia e República Democrática do Congo são apenas dois exemplos desta grande disparidade. Portanto, faz-se necessário entender o que corrobora para o crescimento econômico dos países, quais fatores podem influenciar uma nação a crescer e podem influenciar na melhora do bem-estar da população.

Crescimento econômico não gera automaticamente melhor bem-estar para a população (visto caso da África do Sul durante o período de *apartheid*, onde seu PIB cresceu, mas não melhorou a distribuição da renda). Porém, esse crescimento é necessário para gerar aumento do bem-estar e da melhora nos índices de nutrição, escolaridade e saúde, por exemplo.

Os países, em geral, não crescem – nem cresceram ao longo do tempo – da mesma forma e ritmo, nem respondem aos estímulos do crescimento da mesma maneira. Para analisar estas diferenças, pesquisadores têm buscado entender uma maneira de comparar esse fenômeno entre os países, seja para explicar o que pode funcionar para os que ainda não atingiram esse estágio, seja para entender o que funcionou e quais transformações mais beneficiaram as sociedades. O fato é que o crescimento econômico fascina, até por ser o fenômeno que leva a uma melhora na vida da população.

As grandes mudanças e descobertas das sociedades – em especial a de um novo modelo de produção e de eficiência da força de trabalho – permitiram, ao longo da

história do homem, que houvesse acúmulo de riqueza, gerando crescimento econômico. Seja quando o homem começou a plantar e estabeleceu domicílio ao invés de ser caçador-coletor<sup>3</sup>, seja pela criação da divisão do trabalho de Adam Smith em uma fábrica de pregos, esses fatores alteraram o sistema de produção e impactaram para sempre a economia da sociedade. No entanto, tais impactos não costumam ser imediatos, como pondera Acemoglu (2009, p. 09), ao afirmar que

nas primeiras fases da Revolução Industrial Britânica, que foi o início do processo de crescimento econômico moderno, o padrão de vida da maioria dos trabalhadores diminuiu ou no máximo estagnou<sup>4</sup>.

Acemoglu (2009) discorre que o processo de desenvolvimento nos países acontece (ou não) quando há transformação nos seguintes fatores: mudança na estrutura de produção; processo de industrialização em progresso; grande parte da população migrando da zona rural para as cidades; mercado financeiro ficando mais desenvolvido; mudança nas taxas de mortalidade e fertilidade por melhorias na saúde e transição demográfica; e extensão das ineficiências e fracassos dos mercados, ficando menos pronunciados ao longo do tempo.

Por outro lado, Easterly (2008) questiona a ideia de existir apenas uma fórmula para um país se desenvolver, pois

essa necessidade de todos os países atingirem o desenvolvimento econômico, como se este fosse um caminho natural, o destino a ser seguido e atingido, com o objetivo principal de industrialização e alto padrão de vida das massas, além de paz e democracia, é vista pelo autor como um equívoco, pois cada país possui uma trajetória única”.

Esse ponto deve ser levado em consideração no que diz respeito em especial aos países pequenos, sem acesso ao mar (“*landlocked*”) ou constituídos por ilhas pequenas, visto que esses, geralmente, possuem maior vulnerabilidade em relação ao restante do mundo. Tais países apresentam, muitas vezes, grande desigualdade de

---

<sup>3</sup> DIAMOND, Jarred. « Armas, germes e aço », Record: 10ª. ed., 2001.

<sup>4</sup> Livre tradução da autora.

renda, fraca capacidade institucional e instabilidades políticas. Sem contarmos que, da lista dos 48 países menos desenvolvidos<sup>5</sup>, 26 se encaixam nesta categoria.

Também na tentativa de classificar o crescimento das nações, Collier (2007) dividiu a população mundial em três faixas: a primeira é composta por cerca de um bilhão de pessoas que vivem em países desenvolvidos, a segunda, quatro bilhões que vivem em países em desenvolvimento que apresentam crescimento econômico e, a terceira, um bilhão se encontra em países com crescimento econômico absoluto negativo e são considerados os mais pobres do mundo (o autor os chamou de “*bottom billion*”). A média de crescimento dos *bottom billion*, na década de 1970, foi de 0,5% ao ano, em 1980, esses países cresceram apenas 0,4% a.a. e, na década seguinte, perceberam um crescimento de -0,5% a.a, fazendo com que, na virada do milênio, os países estivessem em média mais pobres do que se encontravam em 1970 em relação aos demais países em desenvolvimento<sup>6</sup>.

Collier (2007) defende ainda a teoria de que o problema central dos *bottom billion* “é o fracasso do crescimento desses países e que o principal desafio do desenvolvimento é reverter essa situação”. Por mais importantes que sejam os programas para redução da pobreza que foquem em educação e saúde, geralmente o próprio crescimento econômico produz os benefícios de acesso a esses serviços (exemplo de Cuba, que disponibiliza bons serviços públicos, porém, é um país de baixa renda, com uma economia estagnada).

Quanto à participação de algumas regiões em desenvolvimento no PIB mundial, os dados apresentados na Tabela 1 apontam resultados bastante díspares. De modo geral, a África continua sendo o continente com os piores resultados nessa evolução,

---

<sup>5</sup> Segundo a ONU são países menos desenvolvidos: Afeganistão, Angola, Bangladesh, Benin, Burkina Faso, Burundi, Butão, Camboja, Chad, Comoros, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Iêmen, Ilhas Solomon, Lesoto, Libéria, Kiribati, Laos, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Mianmar, Moçambique, Nepal, Níger, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tuvalu, Timor Leste, Tanzânia, Togo, Uganda, Vanuatu, Zâmbia.

<sup>6</sup> A diferença entre as taxas de crescimento do resto dos países em desenvolvimento em relação aos *bottom billion* na década de 1970 era de 2% ao ano; na década de 1980, essa diferença foi para 4,4% ao ano e na de 1990 chegou a 5% a.a. A expectativa de vida era de 50 anos para os *bottom billion*, enquanto que para os demais países em desenvolvimento a média era de 67 anos e a mortalidade infantil era de 14%, enquanto que nos demais era de 4%.

visto que, mesmo tendo aumentado em mais de três vezes o valor do seu PIB entre 1980 e 2009, todas as outras regiões conseguiram acrescentar, proporcionalmente, mais em suas riquezas em comparação com o ano inicial apresentado. Como resultado, tanto a África Subsaariana<sup>7</sup>, como o Oriente Médio e o Norte da África (estes dois contabilizados em conjunto), perderam participação no PIB mundial no período examinado, declinando para apenas 1,6% e 3,7%, respectivamente.

**Tabela 1: Participação de algumas regiões no PIB mundial, 1980 e 2009**

	PIB (em milhões US\$ correntes)		Percentual em relação ao PIB mundial	
	1980	2009	1980	2009
África Subsaariana	272.644,56	956.403,19	2,48	1,64
Oriente Médio e Norte da África	449.813,37	2.170.289,81	4,09	3,73
América Latina e Caribe	769.572,58	4.202.865,36	7,00	7,21
Leste Asiático e Pacífico	1.781.774,32	14.115.898,41	16,22	24,23
<b>Mundo</b>	<b>10.987.869,09</b>	<b>58.259.785,03</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2011).

Neste princípio do século XXI, as taxas de crescimento negativas na África foram revertidas<sup>8</sup>, seja porque a maior parte dos conflitos se esgotou pela falta de recursos financeiros ou pela própria escassez de pessoas. O continente africano apresentou, entre 2001 e 2009, segundo estatísticas da OCDE<sup>9</sup>, um crescimento real do PIB de 5,28% no período, sendo exceção o Zimbábue (com uma variação de -5,4%) e a Somália (dado não disponível). Tal crescimento, porém, não foi capaz de conter a perda vivenciada ao longo das últimas décadas da participação mundial, no que diz respeito aos seus indicadores macroeconômicos, como mencionados anteriormente, ressaltando o seu empobrecimento relativo.

<sup>7</sup> Região do continente africano que exclui a África do Norte, que, por sua vez, é composta pelos seguintes países: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito.

<sup>8</sup> Collier (2007).

<sup>9</sup> Fontes : ONU (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Population Division, World Population Prospects, The 2008 Revision) e ADB Statistics Department, Various domestic authorities and IMF World Economic Outlook (Março, 2010).

Segundo a ONU<sup>10</sup> (2011), na primeira metade dos anos 2000, houve um forte crescimento econômico mundial, o que possibilitou diminuir o número de pessoas em países em desenvolvimento que vivem com menos de US\$1,25 por dia de 1,8 bilhão, em 1990, para 1,4 bilhão, em 2005. Isso representa uma redução de 46% para 27% da taxa de pobreza, durante esse período, para todos esses países<sup>11</sup>. Na África Subsaariana, no entanto, o resultado foi menos expressivo, com uma redução de 58% do total da população, em 1990, para 51%, em 2005.

Collier (2007) afirma que, em 2006, havia 980 milhões de pessoas vivendo em 58 países ao redor do mundo em uma das armadilhas<sup>12</sup> do desenvolvimento, sendo que 70% dessa população vivia na África<sup>13</sup>.

Quando comparado o crescimento econômico das regiões em desenvolvimento nos últimos 50 anos, percebe-se que o Leste Asiático apresentou os melhores resultados dentre as regiões apresentadas na Tabela 2, principalmente, a partir de 1970<sup>14</sup>. Durante a década de 1980, os resultados, apesar de ainda positivos, foram em geral mais baixos do que a média mundial (com exceção dos países asiáticos). Na década de 2000, todas as regiões listadas na Tabela 2 cresceram mais do que a média mundial, o que sinaliza para uma convergência econômica deste grupo de países com os países desenvolvidos.

---

<sup>10</sup> Dados do Relatório dos Objetivos do Milênio.

<sup>11</sup> Deve-se ressaltar a presença de China e Índia nessa lista de países, o que pode ter contribuído para o resultado final.

<sup>12</sup> As armadilhas listadas pelo autor são: armadilha do conflito; armadilha dos recursos naturais, armadilha de não possuírem saída para o mar; e armadilha da má governança.

<sup>13</sup> Os países em ordem alfabética, como no livro "*Wars, Guns and Votes*" de Collier (2009), já que no livro "*The bottom billion*" de 2007 Collier não havia identificado quais seriam eles: Afeganistão, Angola, Azerbaijão, Benin, Butão, Bolívia, Burkina Faso, Burundi, Camboja, Camarões, Cazaquistão, Chade, Comoros, Congo, Coreia do Norte, Costa do Marfim, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Guiana, Haiti, Iêmen, Laos, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moldova, Mongólia, Moçambique, Myanmar, Nepal, Níger, Nigéria, Quênia, Quirguistão, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tajiquistão, Tanzânia, Togo, Turcomenistão, Uganda, Uzbequistão, Zâmbia, Zimbábue.

<sup>14</sup> Os percentuais de crescimento foram divulgados pelo Banco Mundial e calculados pela variação do PIB a preços de mercado em moeda local constante e transformados em US\$ dólares do ano 2000.

**Tabela 2: Média do crescimento do PIB em regiões em desenvolvimento por década (%), 1960-2000**

Região	1960	1970	1980	1990	2000
Leste Asiático e Pacífico (em desenvolvimento)	3,79	7,20	7,66	8,17	8,88
Europa e Ásia Central (em desenvolvimento)	*	*	*	-2,38	5,02
América Latina e Caribe (em desenvolvimento)	5,29	5,71	1,85	2,85	3,13
Oriente Médio e Norte da África (em desenvolvimento)	7,26	6,35	2,35	4,33	4,33
África Subsaariana (em desenvolvimento)	4,64	4,07	2,15	2,05	4,59
Mundo	5,67	4,02	3,03	2,75	2,54

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators (2011)

Nota: \* Não há dados disponíveis.

Para Sen (2000) “a baixa renda não é o único fator de pobreza, sendo ela também composta pelas falta de liberdade e pela não geração de capacitações”. Para o autor, os instrumentos da liberdade são as políticas, facilidades econômicas, oportunidades, garantias de transparência e proteção de segurança social, que asseguram uma condição de vida decente. Em contrapartida, o autor argumenta que os países asiáticos com melhores resultados econômicos também foram aqueles que investiram em suporte social – como educação, saúde, etc. (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, China, Tailândia).

## 2.1 ALGUNS FATOS SOBRE POBREZA

Como anteriormente citado, de fato, os países não apresentaram o mesmo nível de crescimento econômico ao longo da história. Assim, há um grande hiato entre as nações desenvolvidas, dentre as quais Suécia e Noruega, e os países em desenvolvimento, como Haiti e Somália, onde grande parte de sua população vive em estado de pobreza.

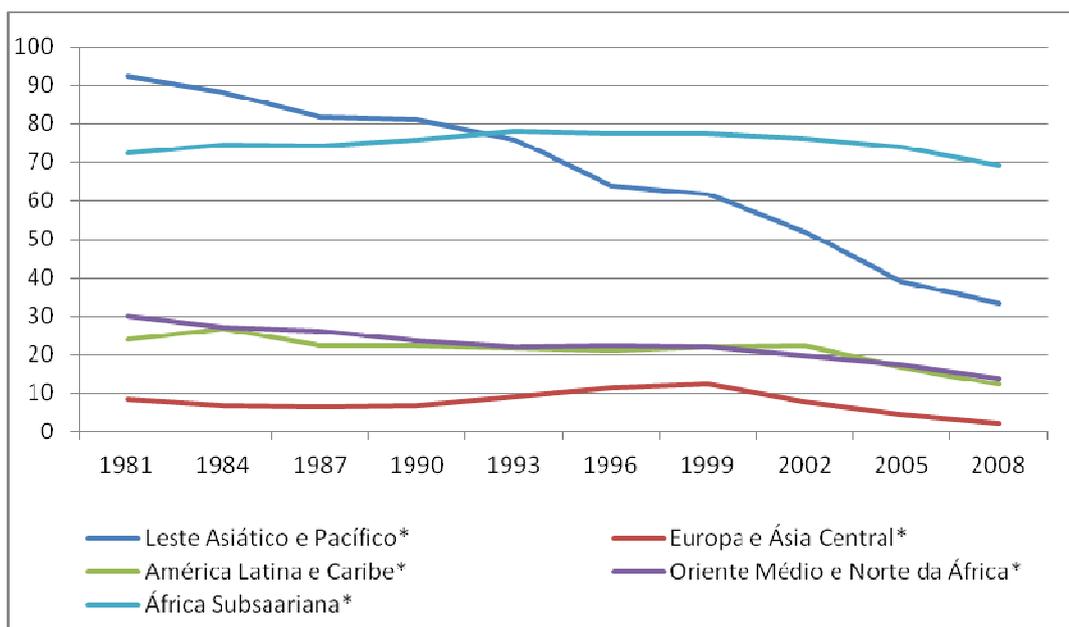
Sachs (2006) divide a pobreza em países em desenvolvimento em duas principais categorias<sup>15</sup>: a pobreza extrema (ou absoluta), a pobreza moderada e a pobreza relativa. Pobreza extrema é quando as pessoas não conseguem suprir suas necessidades básicas para viver. Elas passam fome cronicamente, não possuem acesso à assistência médica, água potável, saneamento básico ou educação e talvez vivam em um abrigo rudimentar. Este tipo de pobreza acontece apenas em países em desenvolvimento. Pobreza moderada acontece quando as necessidades básicas são satisfeitas, porém, não de forma plena.

Ao longo das últimas décadas, o Banco Mundial vem divulgando dados regionais sobre o percentual da população que vive nas categorias de pobreza acima mencionadas. A instituição classifica como pobreza a população que vive com até US\$2 ao dia (PPC) e extrema pobreza a que possui US\$1,25 (PPC) para consumo<sup>16</sup>. Em geral, todas as regiões em desenvolvimento apresentaram bons resultados entre 1981 e 2008, como se visualiza no Gráfico 1. O destaque foi a região do Leste Asiático, que conseguiu, entre os anos de 1981 e 2008, diminuir a pobreza de 92,4% da sua população vivendo com menos de US\$2,00 por dia para 33,2%. No entanto, enquanto em algumas regiões do mundo esse percentual é baixo ou diminuiu significativamente, ainda há uma grande parte da população da África que vive em tal situação, como também pode ser observado no Gráfico 1. Preocupa o fato de a África Subsaariana não ter diminuído significativamente o número de pessoas que vivem em uma situação de pobreza e ainda por um período na década de 1990 ter havido, inclusive, uma piora nesse indicador.

---

<sup>15</sup> O autor ainda se refere à pobreza relativa como aquela onde a população possui uma renda menor do que a média nacional. Ela acontece em países de alta renda, onde a população não possui acesso à cultura, entretenimento, ou acesso à educação e à assistência médica de alta qualidade.

<sup>16</sup> O último dado a respeito do assunto foi divulgado pelo Banco Mundial pelo poder da paridade de compra ao preço internacional de 2005 para regiões em desenvolvimento.



**Gráfico 1: Evolução do percentual da população em regiões em desenvolvimento que vive com até US\$2 ao dia (PPC), 1981-2008**

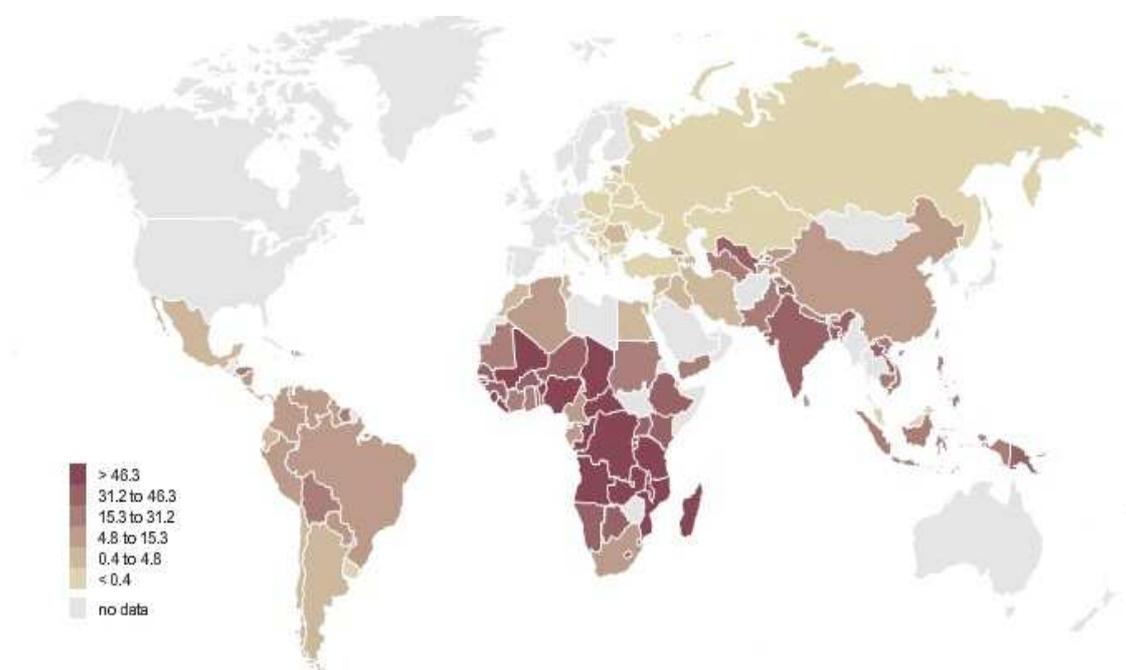
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2011).

Nota: Os dados são divulgados a cada três anos.

\*Apenas países em desenvolvimento.

Como apontam os dados apresentados na Figura 1, dos 19 países que possuem mais de 46,3% da população vivendo com menos de US\$1,25 (PPC) por dia, apenas o Haiti (12º) não está localizado na África Subsaariana. Na faixa seguinte, que apresenta outros 19 países que possuem entre 31,2% e 46,3% da população vivendo com menos de US\$1,25 PPC ao dia, somente seis países não pertencem à África Subsaariana: Uzbequistão (20º), Bangladesh (27º), Timor Leste (32º), Papua Nova Guiné (33º), Laos (34º) e Índia (37º). Ou seja, dos 38 países que possuem mais de 31,2% da população vivendo com menos de US\$1,25 PPC ao dia, 31 se localizam na África Subsaariana.

**Figura 1: Mapa mundial do percentual da população vivendo com menos de US\$1,25 (PPC) ao dia**



Fonte: Banco Mundial (2012).

Como notado na Figura 1, o continente africano apresenta os maiores percentuais de população em situação de pobreza no mundo. Por este motivo, faz-se indispensável descrever um pouco mais sobre essa região. Aprofundando a visão referente à pobreza e tomando apenas os países da África Subsaariana, na Tabela 3, é possível visualizar os dez países africanos com o maior percentual da população que vive com menos de US\$2 ao dia (sendo que todos eles possuem mais de 80% da sua população nesta condição<sup>17</sup>), destacando-se a Libéria (com o pior resultado: 94,8% em 2007), seguida de Burundi (93,5% em 2006) e Malawi (90,5% em 2004).

<sup>17</sup> Dos 53 países do continente, 31 deles vivem com mais da metade da sua população nessa realidade.

**Tabela 3: 10 países africanos com maior percentual da população vivendo com menos de US\$2/dia**

País	Ano	População (% do total)	Ano	População (% do total)
Libéria			2007	94,8
Burundi	1998	95,4	2006	93,5
Malawi	1998	93,5	2004	90,5
Madagascar	2001	88,8	2005	89,6
Ruanda	2000	90,3	2005	89,6
Tanzânia	2000	96,6	2007	87,9
Nigéria	1996	86,4	2003	83,9
Chade	*	*	2003	83,3
Moçambique	2003	90,0	2008	81,6
Zâmbia	2003	85,2	2004	81,5

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators (2011).

\*Dados não disponíveis.

Sobre o empobrecimento da população africana, o Banco Mundial (2011) apontou alguns países que não conseguiram obter um desempenho positivo, como o Djibuti, que, em 1996, possuía apenas 15,1% da população com menos de US\$2 por dia e, em 2002, passou para 41,2%; a Guiné Bissau, que passou de 75,7%, em 1993, para 77,9%, em 2002; o Lesoto, que aumentou o percentual, entre 1994 e 2003 (59,7% para 62,3%); e Serra Leoa, que aumentou um ponto percentual, entre 1990 e 2003, atingindo 76% da população<sup>18</sup>.

Ainda, segundo o Banco Mundial (2011), os países com o menor percentual da população vivendo com menos de US\$2 por dia na África se encontram na África do Norte (Marrocos com 14% em 2007; Argélia com 23,6% em 1995; Tunísia com 12,8% em 2000; e Egito com 18,5% em 2005)<sup>19</sup>. Os únicos países que possuíam um baixo percentual de população nessa condição na África Subsaariana são o Gabão (19,6%) e

<sup>18</sup> Cabe ressaltar que os dados apresentados não são para o mesmo ano, porém são os disponibilizados pelo Banco Mundial.

<sup>19</sup> Não há dados disponíveis para Líbia, assim como para Eritreia, Guiné Equatorial, Maurício, Somália, Sudão e Zimbábue.

Seychelles (1º. lugar do continente com menos de 2% da sua população nessa condição).

Alguns países, apesar de continuarem com grande parcela da população com US\$2 ao dia para viver, merecem destaque pelos resultados obtidos nos últimos anos, como são os casos da África do Sul (que conseguiu diminuir de 42,9% em 2000 para 35,7% em 2006), Camarões (57,7% em 2001 para 30,4% em 2007), Etiópia (86,4% em 2000 para 77,6% em 2005), Gâmbia (82% em 1998 para 56,7% em 2003) e Uganda (75,6% em 2005 para 55,3% em 2009).

Essa grande concentração de pobreza na África se deve a alguns fatores de organização política, pois, na época em que os países se tornaram independentes, a maioria não possuía instituições organizadas e contava com poucos produtos na sua pauta exportadora, geralmente composta de produtos primários<sup>20</sup>. Também há que se considerar que o continente africano enfrenta ainda hoje conflitos internos nos países, como o observado em 2011, na Costa do Marfim, na Tunísia, no Egito e na Líbia. Touré (2001), em seu artigo sobre os conflitos na África e ajuda externa pontua que

as guerras e conflitos armados em África, para além do sofrimento que provocam nas populações e do esgotamento dos recursos financeiros e humanos, dificultam o desenvolvimento de todo o continente.

O fator “instabilidade política” pode ser um dos fatores que corroboram para a falta de obtenção de melhores resultados no crescimento dos países africanos, ainda que estes tenham recebido os maiores volumes de recursos de ajuda internacional *per capita* nas últimas décadas.

Sobre a economia dos países africanos, Branco (2009) alerta para a falta de diversidade apresentada em suas pautas exportadoras, informando que, segundo a

---

<sup>20</sup> Além do elevado grau de pobreza, a distribuição de renda dos países africanos é muito desigual. Levando em consideração a distribuição de renda através do índice de Gini publicado pelos Estados Unidos (2011) para 139 países, os sete mais desiguais se encontram no continente africano (Namíbia, Seychelles, África do Sul, Lesoto, Botsuana, Serra Leoa e República Centro-Africana). Os dados para a elaboração do mapa não são do mesmo ano. Para listagem completa, ver CIA World Fact book: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2172rank.html>.

UNCTAD, em 2007, dos 39 países africanos para os quais havia dados disponíveis, 17 dependiam

em mais de 75% de três ou menos matérias-primas, 12 países entre 50% a 75% das mesmas receitas de exportação dependem de três matérias-primas, e apenas em dez países as três principais matérias-primas exportadas representam menos de 50% das exportações.

Neste cenário, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem desempenhado um papel importante em relação ao trabalho humanitário no mundo, por meio de seus organismos e programas, como o *World Food Program* (WFP), que distribui alimento em campos de refugiados, locais afetados por desastres e onde há carência de recursos. Para ilustrar a gravidade das condições de vida no continente, em 2005, segundo a UNAIDS<sup>21</sup>, apenas na África Austral se encontravam mais da metade dos casos de HIV do mundo. Este fator, dentre vários outros, contribui para que, dos 48 atuais países na lista dos menos desenvolvidos da UN-OHRLLS, 33 sejam africanos<sup>22</sup>.

## 2.2 AS ARMADILHAS PARA O DESENVOLVIMENTO E POSSÍVEIS ALTERNATIVAS

A falta de crescimento entre os países em desenvolvimento pode ser entendida como uma consequência das armadilhas em que eles se encontram. Sachs (2006) acredita que a armadilha da pobreza se instala quando o capital *per capita* diminui de geração a geração e que isso ocorre porque a população cresce mais rapidamente do que o capital acumulado<sup>23</sup> no período. Quando uma família é pobre, toda sua renda é destinada para sua subsistência e não existe renda para pagamento de impostos ou

---

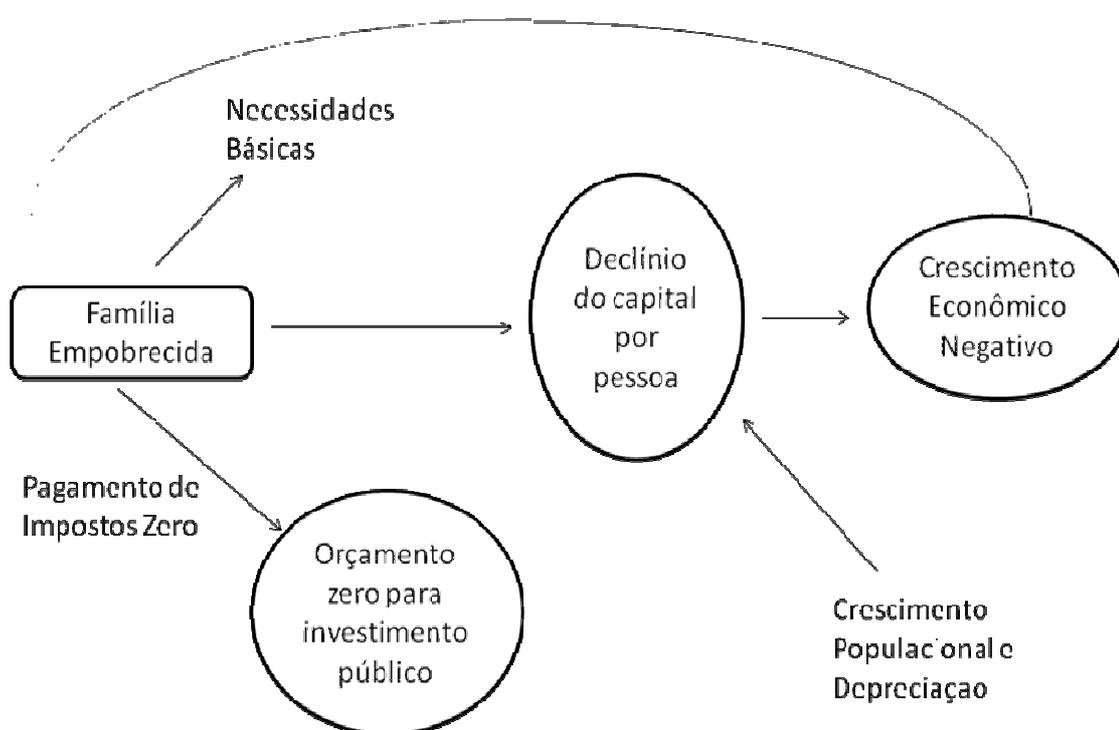
<sup>21</sup> Órgão da ONU para AIDS.

<sup>22</sup> Dentre os critérios de classificação dos LDC pela ONU estão: média da renda *per capita* dos últimos três anos, índice de nutrição, saúde e educação e critérios de vulnerabilidade econômica.

<sup>23</sup> O acúmulo de capital acontece por duas forças, uma negativa e outra positiva. A positiva é quando as famílias poupam parte de sua renda ou têm parte de sua renda taxada pelo governo para financiar investimentos. Já o capital diminui (ou se deprecia) como resultado da passagem do tempo ou pelo desgaste ou morte dos trabalhadores. Se a poupança for maior do que a depreciação, há um acúmulo positivo de capital.

poupança. Porém, a depreciação e o crescimento familiar continuam acontecendo. Este processo leva a um empobrecimento ainda mais acentuado da família em questão, em um círculo vicioso, que o autor conceituou como sendo a armadilha da pobreza, como pode ser visto na Figura 2.

**Figura 2: A armadilha da Pobreza**



Fonte: Sachs (2006).

Collier (2007, p. 11) indica que “o problema dos *bottom billion* não tem sido o tipo errado de crescimento, mas eles não terem crescimento algum”. Ele divide a falta de crescimento econômico pelo ponto de vista de quatro grandes armadilhas dos países menos desenvolvidos ao longo das últimas décadas:

- A armadilha do conflito: um país é mais propenso a entrar em guerra civil se tiver baixa renda, crescimento lento e dependência exportadora de

*commodities* primárias. Para o *bottom billion* a chance é de que aproximadamente um em cada seis desses países, em um período de cinco anos, possam voltar a entrar em conflito. Outra forma de conflito são os golpes de Estado, que apesar de considerados menos violentos, também geram instabilidades políticas que afetam o desenvolvimento;

- A armadilha dos recursos naturais: a descoberta de recursos naturais valiosos pode virar uma “maldição”, pois o excedente oriundo das exportações de recursos naturais pode acabar por reduzir o crescimento<sup>24</sup>;
- A armadilha de não possuírem saída para o mar e de terem vizinhos com baixo crescimento e enfrentarem conflitos: países que não possuem saída para o mar dependem não só da infraestrutura de seus vizinhos para participarem do comércio internacional como muitas vezes esses vizinhos são seus grandes parceiros. No caso de ter vizinhos que enfrentam baixo (ou falta de) crescimento e/ou vivem em conflito, isso afeta o próprio crescimento da economia – como é o caso de Uganda, que possui como vizinhos o Quênia (que ficou estagnado por trinta anos), o Sudão (que tem enfrentado uma guerra civil), Ruanda (com seu histórico genocídio e instabilidade política), a República Democrática do Congo (e sua catastrófica mudança de nome e situação) e a Tanzânia (que foi invadida); e
- A armadilha da má governança: apesar de alguns países conseguirem atingir um certo grau de crescimento econômico, a má governança pode acabar comprometendo o desempenho da economia. Esta armadilha se acentua mais em países menores. Alguns países que recentemente passaram (ou continuam passando) por problemas de governança são: Angola, República Centro Africana, Haiti, Libéria, Sudão, Somália e Zimbábue.

---

<sup>24</sup> Esse fenômeno é tratado como a “doença holandesa”, que foi um termo empregado pelo *The Economist*, em 1977, para explicar o declínio do setor manufatureiro holandês após a descoberta de gás natural no país, na década de 1960. A exportação do gás natural holandês gerou uma valorização cambial que implicou numa perda de competitividade de outros setores do país.

A falta de crescimento acontece por eles estarem dentro de pelo menos uma “armadilha”. O autor aponta que na faixa dos *bottom billion* no mundo, 73% estiveram recentemente ou estão em zona de guerra civil ou golpe de estado; 29% se encontram em países que dependem de recursos naturais; 30% estão em países sem saída para o mar e 76% viveram um longo período de má governança e políticas econômicas pobres.

Recentemente duas trajetórias foram apontadas no intuito de atenuar a pobreza das nações ao redor do mundo: de um lado o caminho multilateral (principalmente pela ONU, Banco Mundial, dentre outros) e de outro lado o caminho endógeno da cada país. Nos últimos anos, a discussão em torno deste tema tem crescido expressivamente, buscando alternativas para este processo. Com a finalidade de diminuir as diferenças sociais existentes no mundo e conseguir resultados para os países menos desenvolvidos, foram lançados, em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pela Organização das Nações Unidas (ONU), a saber: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Tais objetivos foram convertidos em uma Campanha Mundial ao redor desses oito grandes temas que passaram a ser perseguidos pelos países em desenvolvimento. As metas, formadas por mais de 60 indicadores, devem ser atingidas até 2015. Apesar de a ajuda internacional dos países da OCDE ter aumentado nos últimos anos, atingindo a importância de US\$ 119,6 bilhões, o PNUD-Brasil ainda enfatiza o fato de este valor ser abaixo do percentual previamente estabelecido para os países doadores.

Sachs *et al.* (2004) sugerem que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio deveriam ser aproveitados para que a África saia da armadilha da pobreza em que se encontra, buscando os programas e projetos dentro dos propostos pela própria ONU, para que isso aconteça de forma mais rápida. Ainda explicam que as principais razões

para a África não sair da armadilha seriam: custos de transporte muito altos e tamanhos de mercados pequenos; baixa produtividade agrícola; fardo de doenças muito alto; geopolítica adversa; e difusão de tecnologia muito lenta.

Radelet (2010, cap. 1) sugere cinco mudanças fundamentais ocorridas em países da África que melhoraram seus resultados econômicos, nas últimas décadas:

1. O aumento de governos mais democráticos e transparentes: com a ocorrência de eleições, mas, principalmente, de direitos políticos e civis, liberdade de imprensa e instituições políticas mais fortes;
2. A implantação de políticas econômicas mais racionais, com um ambiente de negócios mais amigável, e barreiras menores para investimento e comércio;
3. O fim das longas crises da dívida e a mudança na relação da África com a Comunidade Internacional;
4. A disseminação de novas tecnologias que têm criado novas oportunidades para negócios e transparência política, com o aumento do número de usuários de telefonia móvel e internet, que possibilitam maior acesso à informação e diminuição das distâncias;
5. A aparição de uma nova geração de líderes políticos, ativistas e de negócios, cansados da estagnação do passado e com uma visão política e econômica global.

Sachs (2006) propõe que o primeiro passo em direção ao desenvolvimento é o mais difícil, já que a população ou o país com menor renda tende a ficar preso nessa armadilha. O autor entende que o grande desafio desta geração seria o de ajudar os pobres a escapar da situação de pobreza extrema e moderada, sendo que, para os extremamente pobres, faltam investimentos em seis tipos de capital: o capital humano;

o capital de negócios; de infraestrutura; o capital natural; o institucional público; e o do conhecimento.

Para aumentar o capital humano seriam necessários investimentos em saúde, nutrição e em formação de habilidades, para que cada pessoa se torne economicamente produtiva. Para negócios, seriam importantes investimentos em maquinário, facilidades, transportes motorizados para agricultura, indústria e serviços, enquanto que, para infraestrutura, há de se fazer investimentos em estradas, energia, água e saneamento, aeroportos e portos, e sistemas de telecomunicações, que são todos setores críticos para a produtividade dos negócios. O capital natural deveria ser via terras aráveis, solos saudáveis, biodiversidade e ecossistemas que proporcionem o que a sociedade precisa. O capital institucional público deveria investir em leis comerciais, sistema judiciário, serviços públicos e regras que apoiem a divisão do trabalho de forma próspera e pacífica. Os investimentos no capital do conhecimento deveriam acontecer em *know-how* tecnológico e científico que visem a aumentar a produtividade dos negócios e à promoção do capital físico e natural.

Para ele, ainda, a ajuda internacional pode ser uma das formas de garantir este objetivo, pois os investimentos feitos com os recursos da ajuda internacional são necessários para aumentar o nível de capital *per capita*.

### 3 AJUDA INTERNACIONAL

Para entender a relação entre a ajuda internacional e o crescimento, primeiramente, faz-se necessário apresentar seu significado, seu contexto histórico, os meios pelos quais acontece, os atores envolvidos, as relações que se produzem e, por fim, os resultados. Este capítulo inicia essa discussão, deixando para o seguinte, por sua importância no trabalho, os resultados que a ajuda possa vir a produzir.

Nos últimos anos, houve um crescimento significativo nas discussões a respeito da ajuda internacional, seja em razão da campanha da ONU a favor dos Objetivos do Milênio ou porque, em face do crescente acesso à informação no mundo atual, tem ficado cada vez mais evidente a discrepância de desenvolvimento entre os países menos desenvolvidos e o resto do mundo. Diversos estudos vêm sendo realizados no sentido de tentar entender qual foi o papel da ajuda internacional no crescimento das economias dos países que a recebem e se esta ajuda teve impacto negativo ou positivo (GRIFFIN e ENOS, 1970; BURNSIDE e DOLLAR, 2000; HANSEN e TARP, 2001; DALGAARD et al., 2004). Contudo, a literatura tem sido pouco conclusiva a respeito.

Segundo Folke e Nielsen (2006), a dimensão mais importante para estudar o impacto das intervenções de desenvolvimento é o quanto elas contribuem para a redução da pobreza, ou seja, o quanto conseguem interferir no crescimento econômico dos países receptores dessa ajuda. Os referidos autores ainda trazem direitos humanos, democracia e boa governança como pré-requisitos para erradicação da pobreza, além de segurança, estabilidade e luta contra o terrorismo também terem se tornado objetivos da assistência para o desenvolvimento, tanto por parte de organizações não governamentais, como de acordos de ajuda bilaterais e multilaterais.

### 3.1 A AJUDA INTERNACIONAL EM UM CONTEXTO HISTÓRICO

O estudo da cooperação entre países é antigo (estudo de acordos preferenciais de comércio, de alianças militares, dentre outros), mas, especificamente, de assistência para o desenvolvimento de economias necessitadas ainda é um campo recente, tendo surgido com o fim da II Guerra Mundial e a necessidade de reconstrução da Europa, depois passando, então, para as economias em desenvolvimento.

Sörensen (2010) cita o discurso inaugural de Harry S. Truman, em 1949<sup>25</sup>, como sendo o ponto de partida do termo, quando ele declarou o lançamento de um esforço global para assistir áreas subdesenvolvidas e erradicar a pobreza. Assim, segundo o autor (2010, p. 16), “dois bilhões de pessoas em diferentes continentes foram definidas como subdesenvolvidas e sujeitas a legitimadas intervenções do Ocidente”.

Van de Walle (2001) faz um desenho histórico de como a ajuda aconteceu e por quais meios, entre as décadas de 1960 e 1990, passando pela mudança na década de 1980, quando os organismos internacionais e as agências bilaterais assumiram o papel de controlar e interferir, diretamente, dentro dos países escolhidos, para receber os projetos e programas. A novidade da década de 1990 foi a inserção de condicionantes políticos para a liberação de recursos, visto que os doadores<sup>26</sup> começaram a relacionar resultados ruins ao nível de governança dos países.

Destaca Van de Walle (2001, p. 08-09) que “tirando a África do Sul e Nigéria, a média entre os países africanos era receber 12,3% do PIB em ODA<sup>27</sup> em 1996”. O autor ainda aponta o Banco Mundial e FMI como os grandes estimuladores das reformas realizadas no continente africano, através de seus programas de ajuda condicionados a mudanças de políticas. Programas de estabilização do FMI previam redução do déficit fiscal, desvalorização da moeda, dentre outras medidas. As

---

<sup>25</sup> Em seu discurso inaugural como presidente dos Estados Unidos proferido, em 20 de janeiro de 1949, o presidente Harry Truman propôs uma nova maneira de lidar com as regiões subdesenvolvidas do mundo.

<sup>26</sup> Doadores ou países doadores, neste trabalho, referem-se a todo país que concede ODA (seja em forma de doação ou empréstimo).

<sup>27</sup> *Overseas Development Assistance* (Assistência Internacional para o Desenvolvimento).

Instituições Financeiras Internacionais (IFI) alegavam que a forma de governar dos países africanos levava à falta de crescimento do continente e impunham programas de estabilização como condicionantes para o desembolso da ajuda internacional. Em contraponto, os governantes da África defendiam que o problema era decorrente da volatilidade da economia internacional – principalmente da variação dos preços das *commodities*.

De acordo com Van de Walle (2001), na década de 1990 praticamente todos os países africanos participaram de programas de reforma econômica financiados pelo Ocidente, sendo que entre um terço e metade da ajuda que ia para a África era dedicada para reforma de políticas públicas. Dos cinco países que receberam maior fluxo de recursos em forma de ajuda internacional, no ano de 2009, o Vietnã foi o único que se manteve dentre os maiores receptores de ajuda, desde o primeiro levantamento de 1960, conforme pode ser visto na Tabela 4. À época, o país era o quinto em volume de recursos e, em 2009, era o terceiro maior recebedor. A Índia, que em 1960 recebia o maior volume de ajuda internacional (U\$729 milhões), em 2009, foi o oitavo na classificação com volume de U\$2,5 bilhões, ficando atrás de Afeganistão<sup>28</sup>, Etiópia, Vietnã, Palestina e Gaza, Tanzânia, Iraque e Paquistão.

**Tabela 4: Ajuda internacional recebida (em U\$ milhões), 1960-2009**

País	1960	1980	2000	2005	2009
Afeganistão	17,18	31,81	135,97	2.817,89	6.235,28
Etiópia	15,35	211,10	686,06	1.927,47	3.819,97
Vietnã	191,85	227,91	1.681,36	1.913,43	3.744,28
Palestina e Gaza	0,00	0,00	637,30	1.116,13	3.026,10
Tanzânia	10,36	675,63	1.062,78	1.498,71	2.934,22
Iraque	1,45	8,12	99,55	22.046,10	2.791,47
Paquistão	253,56	1.180,88	700,36	1.606,56	2.780,61
Índia	729,63	2.189,35	1.372,65	1.867,49	2.502,15
Costa do Marfim	130,00	209,80	350,54	91,21	2.369,02
República Democrática do Congo	82,09	426,20	177,12	1.881,45	2.353,56

Fonte: Banco Mundial (2011).

<sup>28</sup> O país era o 138º no ranking de recebimento de ajuda internacional em 1960, 95º em 1980 e 74º em 2000.

Quanto aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>29</sup>, pode-se dizer que a relação entre prever e atingir as suas metas coincide com o volume de ajuda disponibilizada, pois muitas das metas dependem de programas de assistência para os países em desenvolvimento, em especial, no que diz respeito aos indicadores de saúde (HIV e malária), educação (matrículas no ensino fundamental) e pacto mundial para o desenvolvimento (dívida dos países e acesso a novas tecnologias, como celular e internet).

Collier (2007, p. 100) cita uma estimativa feita pelo *Center for Global Development*<sup>30</sup> de que a ajuda deixa de ser efetiva quando atinge 16% do PIB do país que a recebe. Depois deste patamar, a absorção acaba e a ajuda vira consumo do governo. Se as estimativas dessa pesquisa estiverem corretas, havia, em 2009, doze países africanos que recebiam um volume maior de ajuda do que sua capacidade de absorção, como pode ser observado na Tabela 5. Nesse mesmo ano, alguns países receberam 1% ou menos de ajuda em relação ao seu Produto Nacional Bruto (PNB), como a Nigéria, Marrocos, Gabão, Egito, África do Sul, Guiné-Equatorial, Angola, Argélia e Líbia.

**Tabela 5: Relação dos países africanos que mais receberam ajuda em relação a sua Renda Nacional, 1960-2009**

País	1960	1980	2000	2009
Libéria	5,3	10,4	17,4	69,9
Somália	11,9	71,6	0,0	58,9
Burundi	3,9	12,6	12,9	42,3
Serra Leoa	0,0	8,5	29,3	24,3
República Democrática do Congo	2,5	3,0	4,5	22,6
Moçambique	0,0	4,7	22,6	20,8
Gâmbia	0,0	22,2	12,4	18,5
Ruanda	6,3	13,2	18,7	17,9
Guiné-Bissau	0,0	55,5	39,9	17,8
Togo	0,1	8,2	5,4	17,7
Malawi	2,6	12,4	26,1	16,6

Fonte: Banco Mundial

<sup>29</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram traçados para serem atingidos até 2015 e são divididos em oito grandes categorias, que possuem 21 metas e 60 indicadores para mensuração dos resultados.

<sup>30</sup> *Think tank* situado em Washington do qual faz parte William Easterly e que estuda dentre outros temas o crescimento econômico e ajuda internacional.

## 3.2 CONCEITOS DE AJUDA INTERNACIONAL

A ajuda internacional tem como princípio a redução da pobreza através do repasse de recursos, mas também envolve o repasse de conhecimento, para que as comunidades não necessitem desse apoio infinitamente (BANCO MUNDIAL, 1998). Até o fim da Guerra Fria, a ajuda internacional acontecia, em grande parte, por interesse em manter aliados na ordem mundial existente. Com o fim daquele período e a consequente mudança no paradigma existente, além do aumento dos fluxos financeiros para países em desenvolvimento, houve também uma alteração dos motivos de por que doar e para quem doar. O discurso passou a ser de que a ajuda internacional deveria ter como principal objetivo a erradicação da pobreza.

### 3.2.1 Definição e classificação da ajuda internacional

Durante a década de 1960, o interesse em pesquisas sobre assistência internacional<sup>31</sup> aumentou e, na década de 1970, foram publicados os primeiros trabalhos sobre o impacto da ajuda internacional (GRIFFIN e ENOS, 1970; PAPANЕК, 1973).

O termo ajuda internacional mais utilizado contabilmente tem sido o definido pela OCDE como Assistência Internacional para o Desenvolvimento (*Overseas Development Assistance* - ODA), que é resultado das doações somadas aos empréstimos concedidos com pelo menos 25% de seu valor subsidiados<sup>32</sup>. Esse indicador é o mais utilizado para

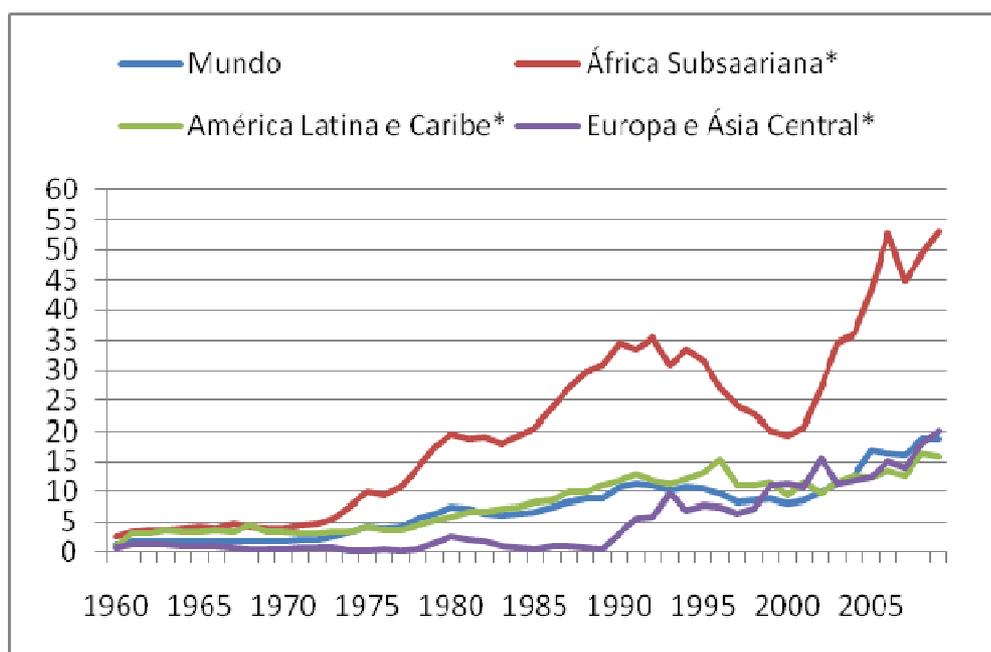
---

<sup>31</sup> A OCDE define ajuda internacional para o desenvolvimento (*Overseas Development Assistance* – ODA) como fluxos de recursos para países que estejam na lista de receptores do Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento (*Development Assistance Committee* - DAC) ou instituições multilaterais com intuito de promover o desenvolvimento e bem-estar de países em desenvolvimento.

<sup>32</sup> A subvenção é medida pela diferença entre o valor nominal de um empréstimo e seu valor presente, calculado a uma taxa de desconto de 10%, dos pagamentos de serviços a serem feitos pelo mutuário durante a vida do empréstimo, expresso em percentagem do valor de face. Não faz parte do cálculo de ODA empréstimos reembolsáveis em menos de um ano, doações e empréstimos para fins militares e transferências (pensões e remessas de trabalhadores) a particulares.

estudos empíricos a respeito do tema e é divulgado pela OCDE anualmente desde 1961<sup>33</sup>.

A África Subsaariana é a região que mais tem recebido volume de recursos comparativamente com as outras, principalmente a partir da década de 1970 até 1990. Percebe-se que durante a década de 1990 houve um declínio, que pode ser explicado muito pelo fim da Guerra Fria e pelos constantes conflitos ocorridos na região após a independência de seus antigos colonizadores. A partir do ano de 2000, houve um aumento substancial no volume de ajuda internacional para os países, influenciado pelos esforços a partir da Campanha dos Objetivos do Milênio, chegando a seu pico no ano de 2008, como pode ser notado no Gráfico 2.



**Gráfico 2: Evolução da ajuda internacional *per capita* em dólares correntes, 1960-2009**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2011).

\*Apenas países em desenvolvimento.

<sup>33</sup> Chang (1998), por sua vez, estima o valor da ajuda efetiva para o desenvolvimento (*Effective Development Assistance*), que é composta pelas doações mais o valor subsidiado dos empréstimos, o que resulta no valor efetivo da assistência recebida pelos países sem virar dívida. O autor encontrou que a maior parte da ODA é composta pelas doações e a menor de empréstimos. Apesar da importante contribuição em evidenciar o verdadeiro valor dos subsídios concedidos, este indicador não foi replicado em muitos trabalhos.

Para Radelet *et. al* (2004) a ajuda internacional é dividida em três categorias:

- ajuda humanitária – desastres, emergências, causas humanitárias e alimentação;
- ajuda com impacto no curto prazo – transporte e estoque, comunicações, geração de energia e distribuição, a maioria dos serviços financeiros e bancários, negócios e outros serviços, agricultura, florestamento e pesca, indústria, recursos minerais e mineração, construção, assistência para ajustes estruturais, suporte orçamentário e pagamento da dívida;
- ajuda com impacto no longo prazo – governo e sociedade civil, proteção do ambiente, mulheres no desenvolvimento, saúde, educação, políticas populacionais, abastecimento de água e saneamento, gestão administrativa e de políticas, suporte para organizações não governamentais (ONG), outros serviços e infraestruturas sociais<sup>34</sup>.

Clemens *et al.* (2004) também identificam três categorias: a humanitária e emergencial (considerada com probabilidade de ter correlação negativa com crescimento); a que afeta o crescimento no longo prazo, como suporte para a democracia, meio-ambiente, educação, saúde (provável que não tenha relação com a ajuda de quatro anos) e; por fim, a que pode estimular o crescimento no curto prazo, como suporte ao orçamento, investimentos em infraestrutura e para produção. Os autores focam o estudo no terceiro grupo, pois este possuía um peso considerável no total dos fluxos de ajuda (45%).

---

<sup>34</sup> Ajuda técnica se constitui pelo envio de pessoas para treinar os residentes para as reformas e mudanças necessárias, porém, não necessariamente este elemento acarretará na saída do país da armadilha da má governança, como explica Collier (2007, p. 112), pois ele compara à estória do ovo e da galinha. Isso quer dizer que, até acontecer a virada, a criação de capacidade técnica pode ser difícil, “pois se treina o pessoal em um padrão internacional e, se não houver sinal de mudança, eles usarão essas habilidades adquiridas para conseguir emprego fora do país”. Assim como não se sabe se é a possibilidade de haver uma mudança na governança que aumenta a ajuda técnica ou, se um aumento na ajuda técnica, leva a uma melhora nos termos de governança. Collier (2007, p. 113) afirma que “assim como em vários casos, pode acontecer de a causalidade ‘correr’ para os dois lados – quanto melhores as chances de uma virada na governança mais ajuda técnica os doadores parecem fornecer”.

A questão de assistência humanitária para Clemens *et al.* (2004) deveria ser separada do resto do montante analisado, já que um desastre causa baixo crescimento e altos fluxos de ajuda, o que implica numa correlação negativa entre as duas variáveis. Também acreditam que a assistência para construção da democracia ou mesmo para a educação e saúde deveriam ser extraídas das análises de períodos de, ao menos, quatro anos, visto que não se deve esperar uma alteração significativa do quadro nesses casos – podendo mesmo a correlação dessas variáveis ser zero em relação ao crescimento. Apenas após essa separação, eles acreditam que se pode esperar correlação positiva entre a ajuda e o crescimento. Essa ajuda seria a investida em infraestrutura (estradas, sistemas de irrigação, geração de energia, portos), também em setores produtivos (agricultura e indústria) e apoio no orçamento e balanço de pagamentos.

### 3.2.2 Atores do sistema de ajuda internacional

A ajuda pode ser de origem bilateral ou multilateral e ser considerada de curto ou longo prazo. A ajuda bilateral acontece da relação existente apenas entre o país doador e receptor e em sua maioria depende de fatores não econômicos, como o histórico de relacionamento e inclusive de interesses comerciais. Já a ajuda multilateral ocorre por meio de órgãos compostos por diversos países que, normalmente, consideram fatores como o nível de desenvolvimento dos países receptores.

A ajuda multilateral iniciou também com o fim da II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, já que nessa época os organismos internacionais foram criados com programas e projetos de apoio aos países mais pobres. Antes desse período, o fluxo de recursos se dava apenas dentro das relações coloniais.

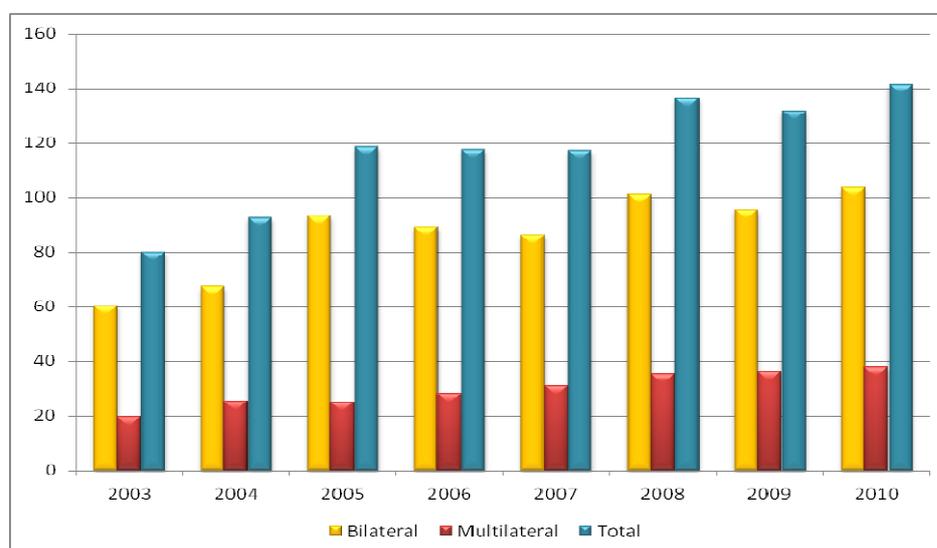
O sistema de ajuda internacional existente comporta uma variedade significativa de atores, onde doadores podem ser agência multilaterais<sup>35</sup> (por exemplo, Banco

---

<sup>35</sup> Para listagem das agências multilaterais e países signatários da Declaração de Paris, ver Anexo B.

Mundial, FMI, OCDE, ONU); ou agências governamentais. Van de Walle (2001, p. 189, tradução nossa) descreve o sistema da ajuda internacional como sendo um regime formado pelas instituições multilaterais e agências governamentais que “estabeleceram normas, princípios e procedimentos para a manutenção de interesses ideológicos e econômicos e promovem a estabilidade internacional”. Para o autor, este regime atrasou o processo de reformas políticas e ajudou a manter políticas antigas, além de ter protegido e mantido governos fracos.

Além disso, o valor de recursos disponibilizados aumentou consideravelmente, na última década, a uma média de 8,9% ao ano, mesmo com a redução no ano de 2009 – como mostra o Gráfico 3. O valor em 2010 ultrapassou os US\$ 140 bilhões em assistência internacional, sendo 76% superior ao volume de recursos de 2003. Apesar de haver dobrado o volume de recursos das agências multilaterais em alguns anos (passando de US\$20 milhões para US\$40 milhões), a ajuda bilateral ainda responde pela maior quantidade de assistência.



**Gráfico 3: Aumento da ajuda internacional (em U\$ bilhões), 2003-2010**

Fonte: OCDE, DAC Stats.

Os países doadores signatários da Declaração de Paris da Comissão de Assistência para o Desenvolvimento (*Development Assistance Committee – DAC*) são

também aqueles que possuem maior volume de recursos de ajuda internacional, ao longo das últimas cinco décadas, pela OCDE.<sup>36</sup> Mais recentemente, alguns países não membros<sup>37</sup> da DAC também tem contribuído em prol do desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

As agências multilaterais têm evoluído bastante em seus programas de ajuda, nos últimos anos, inclusive, no quesito de divulgar seus fluxos de recursos, para os mais variados receptores. Os organismos multilaterais possuem especificações e metas a serem atingidas por parte de quem recebe a ajuda para que o processo continue.

Easterly (2008, p. 06) compara o sistema de ajuda existente “à mentalidade centralizadora de planejamento do comunismo, onde alguns *experts* detinham o poder e o conhecimento e tomavam as decisões para as massas”. Ainda sugere que, atualmente, a resposta para as tragédias da pobreza vem de um sistema com grande aparato burocrático que dita os diversos bens e serviços que levam ao desenvolvimento através de decretos administrativos.

Qualquer tipo de programa ou projeto de assistência acontece com o emprego assertivo dos recursos, o que depende muito de disponibilidade financeira, mas também de pessoas comprometidas com os resultados e que tenham beneficiários que necessitem e saibam o que é ofertado e que se possa acompanhar os resultados. Uma crítica constante à ajuda internacional é sobre a maneira como ela vem acontecendo. A distribuição da ajuda acontece de acordo com programas próprios dos doadores – sejam eles bilaterais ou multilaterais -, não sendo organizada ou coordenada com os demais doadores e independente das necessidades dos países que a recebem (VAN DE WALLE, 2001; COLLIER, 2007; EASTERLY, 2008; MOYO, 2009).

A ajuda internacional sempre possui um propósito e o quanto um país “empresta para outro não dependerá da necessidade, ou potencial, ou desempenho econômico

---

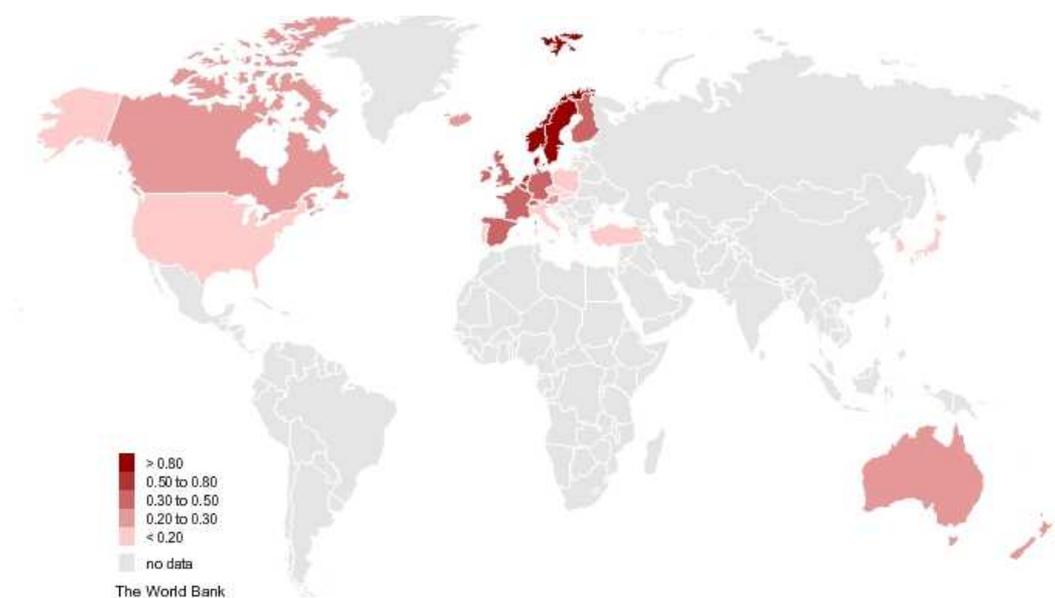
<sup>36</sup> Segundo a OCDE são os países com maior volume de ajuda internacional dada: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coréia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.

<sup>37</sup> Arábia Saudita, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Israel, Islândia, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Malta, Polônia, Kuwait, República Tcheca, Romênia, Tailândia, Taipei, Turquia fazem parte desta lista de países listados pela OCDE como doadores.

passado, bom ou ruim, ou virtude, mas pelo benefício que ele proporcionou em termos de apoio político” (GRIFFIN e ENOS, 1970, p. 315, tradução nossa), sendo conceituada como mais um instrumento de política externa. Essa tese foi negada pelos países doadores, pois comparar ajuda internacional à diplomacia ou intervenção militar seria tirar o princípio básico da ajuda, que é o de pensar apenas no desenvolvimento dos menos favorecidos.

A meta de desembolsos para atingir o esperado pela Organização das Nações Unidas – ONU, para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, era de 0,5% da renda nacional dos países doadores até 2010 e 0,7% em 2012. Mesmo que ainda não se tenha atingido essa meta como um todo, em 2009, a média destes países foi de 0,43% da renda, sendo que alguns ultrapassaram a expectativa, como Noruega (1,1%), Suécia (1,1%), Luxemburgo (1%) e Dinamarca (0,9%), que se destacam no compromisso de desenvolvimento dos demais países, como pode ser visto na Figura 3.

**Figura 3: Ajuda internacional líquida (net ODA) como percentual da Renda Nacional Bruta, 2009**



Fonte: World Bank e-Atlas of the Millenium Development Goals (2010).



## 4 A RELAÇÃO ENTRE AJUDA INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

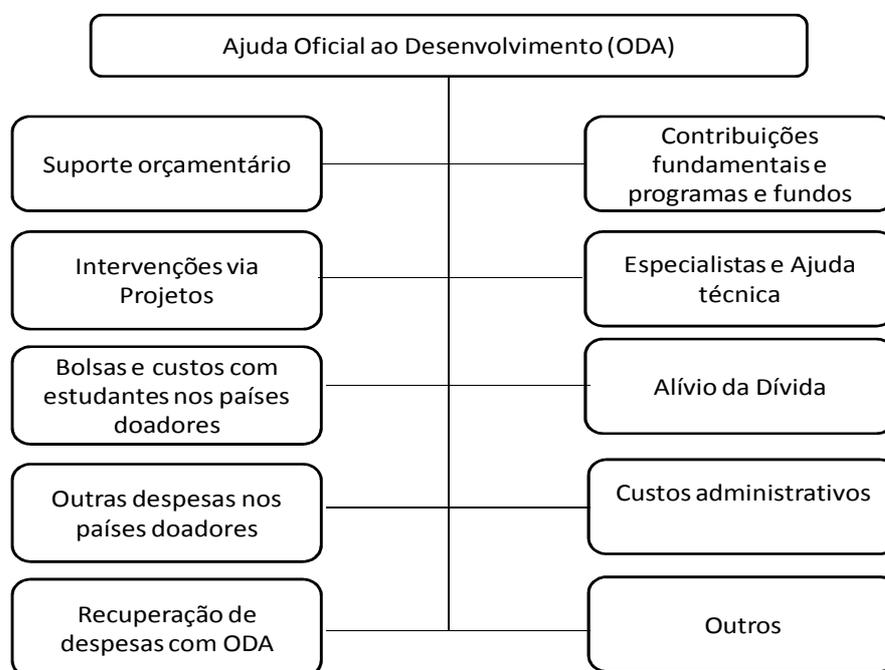
Este capítulo realiza um levantamento teórico e empírico sobre os diversos resultados dos estudos que relacionaram o volume de ajuda internacional aos países com a ocorrência, ou não, de crescimento econômico nessas nações.

### 4.1 ANÁLISE TEÓRICA

Há inúmeros canais pelos quais a ajuda internacional pode promover o crescimento econômico. A ajuda internacional tende a estimular o crescimento econômico via acumulação de capital, seja através de investimento ou capital humano. Esses indicadores, geralmente, são controlados pelo nível de investimento nacional e estrangeiro e escolaridade nos países receptores (HANSEN e TARP, 2001).

A OCDE classifica os setores onde a ajuda é investida como sendo os seguintes: educação, saúde, políticas para a população, água e saneamento, governo e sociedade civil, infraestrutura e serviços, transporte e armazenagem, comunicações, geração de energia e oferta, bancos e serviços financeiros, negócios e outros serviços, agricultura, silvicultura, pesca, indústria, recursos minerais e mineração, construção, regras de comércio, turismo, ajuda em *commodity* e programas de assistência, ajuda humanitária, custos administrativos dos doadores, dívida, refugiados nos países doadores. A OCDE ainda distribui os dois tipos de ajuda segundo os seus propósitos, como pode ser visto na Figura 4.

**Figura 4: Ajuda segundo os propósitos para alocação**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OCDE.

Nas contribuições para suporte orçamentário, o doador divide o controle e a responsabilidade dos recursos com o destinatário. Este tipo de ajuda é uma forma de financiamento do orçamento do país beneficiário através da transferência de recursos externos para o Tesouro Nacional do governo receptor e são gerenciados e gastos conforme as regras nacionais do destinatário. Dessa forma os recursos transferidos são gerenciados conforme os procedimentos orçamentais do destinatário. Estão incluídas nesta categoria as contribuições desvinculadas para o orçamento do governo, incluindo financiamento para apoiar a implantação de reformas macroeconômicas (como por exemplo, programas de ajuste estrutural) e contribuições para setores específicos.

Na categoria de contribuições principais e programas e fundos, o doador partilha a responsabilidade com outras partes interessadas (por exemplo, outros doadores, ONGs, instituições multilaterais, parcerias público-privadas – PPP) e compreende ajuda para ONGs, outras entidades privadas, PPPs, institutos de pesquisa, fundos pagos às

fundações (por exemplo, fundações filantrópicas), e contribuições para institutos de pesquisa (público e privado) e fundos de financiamento conjuntos.

Uma intervenção via projeto é aquela quando há um conjunto de atividades acordado com o país receptor para atingir, em um prazo pré-estabelecido, resultados específicos, com orçamento e região delimitados. Os projetos podem variar de acordo com objetivos, complexidade, volume de recursos envolvidos e duração. Todo projeto deve ser contabilizado aqui, mesmo quando de grandes dimensões e for chamado de programa por seus executores, inclusive a parte da ajuda para ONGs ou instituições multilaterais que for pagamentos para realização de projetos e programas dos doadores e financiamento de projetos específicos.

Bolsas e custos com estudantes nos países doadores abarcam a concessão de auxílios financeiros para estudantes (incluindo as taxas de estudos) e bolsas para estagiários. A categoria Especialistas e ajuda técnica abrange o fornecimento de conhecimento na forma de pessoal, formação e pesquisa. Isso inclui peritos, consultores, professores, acadêmicos, pesquisadores, voluntários e contribuições para entidades públicas e privadas para o envio de especialistas para países em desenvolvimento.

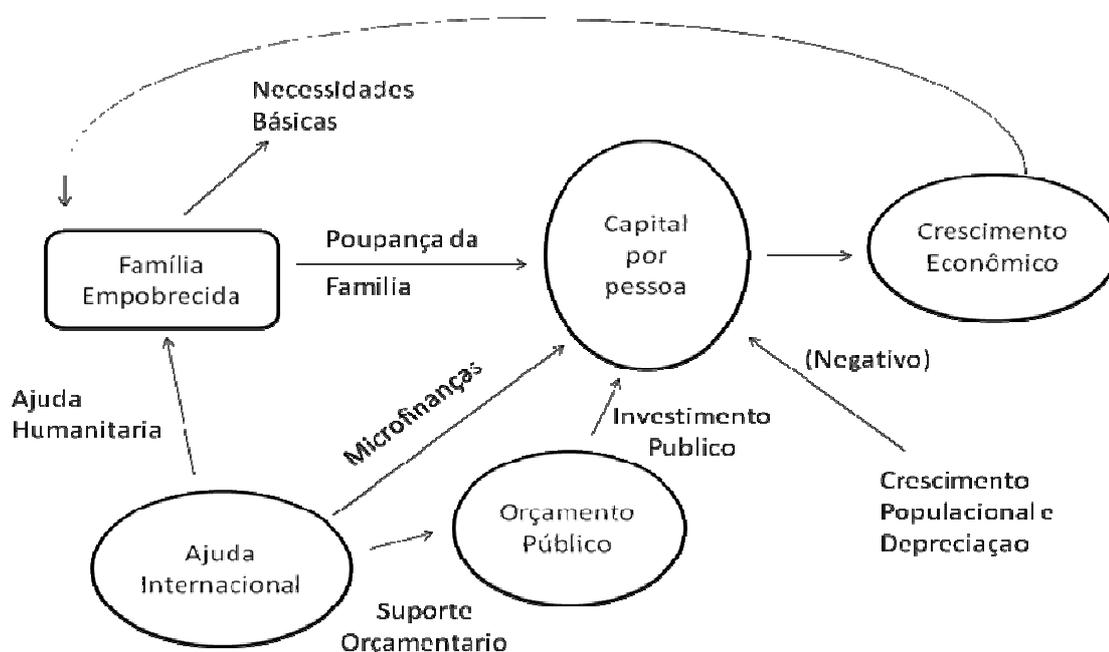
Alívio da dívida agrupa todas as ações referentes à dívida (por exemplo, perdão, conversões, reescalonamento e refinanciamento). Custos administrativos são aqueles não incluídos nos demais itens da ODA, que inclui análises de situação e atividades de auditoria. Por fim, Outros são as contribuições que não dão origem a um fluxo transfronteiriço. Nesta categoria são incluídos os financiamentos de atividades destinadas a aumentar o apoio público no país doador de cooperação para o desenvolvimento; e despesas oficiais para o sustento dos refugiados nos países doadores durante os primeiros doze meses de sua estadia.

Collier (2007, p. 101, tradução nossa) ressalta que o jeito mais fácil de ajudar outros países é através do suporte orçamentário

que basicamente significa a transferência de dinheiro para o governo do país que receber para que este escolha onde e de que forma gastar como se fizesse parte da arrecadação de impostos.

A ajuda internacional, para o autor, é positiva porque permite o processo de acúmulo de capital necessário para o crescimento econômico, que, conseqüentemente, aumenta a renda das famílias. Sachs (2006) desenhou o funcionamento do papel da ajuda para que um país saia da armadilha da pobreza, como pode ser visto na Figura 4.

**Figura 5: O papel da Ajuda Internacional para acabar com a armadilha da pobreza**



Fonte: Sachs (2006).

A ajuda, como pôde ser vista na Figura 4, pode acontecer diretamente para as famílias empobrecidas via ajuda humanitária ou via aumento do orçamento público. Este recurso que entra no orçamento do governo que recebe a ajuda vira investimento público. Para Sachs (2006, p. 251-252),

o setor público deveria focar principalmente em cinco tipos de investimento: capital humano (saúde, educação, nutrição); infraestrutura (estradas, energia, água e saneamento, conservação ambiental); capital natural (conservação da biodiversidade e ecossistemas); capital institucional público (administração pública bem governada, sistema judiciário, polícia); e partes do capital do conhecimento (pesquisa científica para saúde, energia, agricultura, clima, ecologia).

A ajuda deveria suprir a falta de capital dos países que formam o grupo dos países que juntos congregam a população de um bilhão de pessoas mais pobres do mundo ("*bottom billion*"), mas, mesmo quando isso acontece, é capital público e não privado que entra nesses países. Collier (2007, p. 87) refere que a "teoria econômica básica sugeriria que nas sociedades que possuem pouco capital o retorno seria alto e isso atrairia uma entrada de capital privado"<sup>38</sup>.

Rajan e Subramanian (2005b) sugerem que os países pobres precisam de estradas, medicamentos e escolas para melhorar seus sistemas de transporte, saúde e educação. Entretanto, apenas escolas e livros não garantem a disponibilidade de professores para ensinar. Para eles, o crescimento se perde quando a ajuda não se transforma em educação.

Entendendo os problemas advindos da falta de crescimento nos países menos desenvolvidos e como a ajuda internacional ocorre, passa-se a estudar, então, a relação entre ajuda e crescimento, para buscar melhores resultados para isso.

A ajuda internacional promove a redução da pobreza, pois proporciona melhora da qualidade de vida da população, auxilia na reconstrução de catástrofes, apoia na formação/solidificação de novas democracias e proporciona investimentos que os governos não teriam condições de realizar com seu orçamento próprio (Sachs, 2004). Alguns casos em que a ajuda foi positiva, em países que saíram de crises e atingiram rápido desenvolvimento, foram República da Coreia, na década de 1960, Botsuana, em 1970, e Uganda e Vietnã, em 1990.

Já Easterly (2008) aponta que a ajuda é centralizada e acaba sendo usada para equilibrar orçamentos e não para investimentos, além de ser usada para pagamento de dívida ou como forma de financiar a corrupção e manter a elite vigente no poder. Houve também, na história da ajuda internacional, casos em que se percebeu um desvio da função da ajuda, como na Tanzânia, onde se repassou cerca de US\$20 bilhões, em 20 anos, para obras em estradas e não se viu melhora nas condições da malha rodoviária ou no ex-Zaire (atual República Democrática do Congo), onde, apesar do volume de

---

<sup>38</sup> Capital privado gera investimentos em melhores máquinas ou condições de trabalho, que gera maior produtividade enquanto capital público gera melhor infraestrutura.

recursos, ainda há grande parte da população vivendo abaixo da linha da pobreza<sup>39</sup>. Por fim, o autor detecta que há controvérsia entre os resultados da eficácia da ajuda e a necessidade de se aumentar o volume de recursos, visto que a ajuda depende de fatores como mudança de postura, eficiência e foco em resultados.

## 4.2 ANÁLISE EMPÍRICA

Moreira (2004) realizou um levantamento de diversos estudos empíricos sobre a eficácia da relação entre ajuda internacional e crescimento dos países e classificou os trabalhos, segundo sua cronologia e complexidade, por geração. A primeira geração iniciou quando da publicação do trabalho de Griffin e Enos (1970) e segue até o fim da década de 1990, enquanto a segunda geração começou, na divisão proposta pelo autor, com o trabalho de Burnside e Dollar (2000). Enquanto os estudos da primeira geração focaram em definir se a relação entre ajuda internacional e crescimento econômico era negativa, nula ou positiva, a segunda geração buscou identificar os fatores que podem ter influência positiva nessa relação na tentativa de atingir melhores resultados no crescimento.

Em seu levantamento dos estudos que relacionam ajuda e crescimento, Moreira (2004) apresenta as diferenças no que diz respeito aos dados e variáveis utilizados pela primeira e segunda geração, como exposto no Quadro 1.

---

<sup>39</sup> Dados do Banco Mundial (1998).

<b>Categoria</b>	<b>Primeira geração de estudos cross-country da relação ajuda-crescimento</b>	<b>Segunda geração de estudos cross-country da relação ajuda-crescimento</b>
Dados	Dados seccionais, sendo os dados dos países da amostra, médias calculadas no período total da amostra	Dados de painel, com a divisão do período total da amostra em subperíodos, sendo os dados dos países da amostra, médias calculadas nos diferentes subperíodos
Variável dependente	Taxa de crescimento do PIB	Taxa de crescimento do PIB real <i>per capita</i>
Variável independente central (fonte)	Ajuda internacional em percentagem do PIB (fonte: diversas)	Ajuda internacional em percentagem do PIB (fonte: DAC da OCDE)
Variáveis de controle	Variáveis econômicas (poupança interna, fluxos externos privados e outros fluxos externos)	Variáveis econômicas (PIB real <i>per capita</i> do início de cada subperíodo e componentes do índice de política econômica) e variáveis não econômicas
Localização geográfica	Divisão da amostra por região/continente (África, Ásia e América Latina)	Inclusão de <i>dummies</i> por região geográfica (África ao Sul do Saara e Leste Asiático)
Ciclo econômico mundial	---	Inclusão de <i>dummies</i> por subperíodo
Relação entre variáveis dependente e independente central	Relação ajuda-crescimento linear e unidirecional (variável ajuda exógena)	Relação ajuda-crescimento não linear (quadrado da variável ajuda e/ou interações entre a variável ajuda e variáveis de controle) e bidirecional (variável ajuda endógena)
Método de estimação	Método MQO (Mínimos Quadrados Ordinários)	Métodos que envolvem variáveis instrumentais

**Quadro 1: Comparação entre as gerações de estudo sobre a relação da ajuda internacional e o crescimento econômico**

Fonte: MOREIRA (2004).

Em geral, há algumas diferenças significativas entre os estudos das duas gerações, como a própria variável dependente que passa a ser medida pelo PIB per capita (segunda geração) ao invés do PIB total (primeira geração). Na categoria “Dados”, a primeira geração utiliza os dados dos países da amostra por meio de médias calculadas no período total, enquanto que os segundos empregam os dados com a divisão de subperíodos e com as médias calculadas nos subperíodos. Quanto à variável dependente, os primeiros tomam a taxa de crescimento do PIB e os segundos avançam neste quesito, empregando a taxa de crescimento do PIB real *per capita*.

A variável independente central (forte), em ambas as gerações, é a ajuda internacional percentualmente ao PIB, com a primeira geração utilizando dados de fontes diversas e a segunda usa dados da Comunidade de Ajuda ao Desenvolvimento, da OCDE. Nos estudos de primeira geração, as variáveis de controle eram apenas

econômicas, à medida que os segundos incluem outras variáveis econômicas no modelo, ainda testam variáveis não econômicas.

No tocante à localização geográfica, a primeira geração faz a segmentação da amostra por continente e a segunda o faz com a inclusão de *dummies* por região geográfica, aprofundando o olhar sobre a pesquisa. Além disso, a segunda geração, em referência ao ciclo econômico mundial, faz a inclusão de *dummies* também por subperíodos.

A relação entre variáveis dependente e independente central, na primeira geração, é feita por uma relação ajuda-crescimento linear e unidirecional, enquanto, na segunda, a mesma relação é não linear e bidirecional. Por fim, o método de estimação na primeira geração é MQO e na segunda são empregados métodos que envolvem variáveis instrumentais.

A metodologia mais usada, nos estudos recentes, para analisar o efeito da ajuda internacional no crescimento dos países que a recebem tem se baseado em modelos econométricos do tipo cross-country, que permite comparar diferentes países num determinado período e tem como pretensão inferir a relação causa-efeito dos acontecimentos. O modelo mais testado, replicado e contestado é o proposto por Burnside e Dollar (2000), que foi replicado por diversos autores, para testar a interação entre políticas econômicas e ajuda internacional, usando diferentes conjuntos de dados, diferentes especificações nas regressões e diferentes modelos econométricos<sup>40</sup>.

Percebe-se, assim, a evolução histórica dos estudos ao longo do tempo. Principalmente pelo aumento no número de testes e inclusão de diversas variáveis para tentar encontrar relação e novos ângulos para o estudo da relação entre ajuda internacional e crescimento econômico.

---

<sup>40</sup> Dalgaard e Hansen (2001), Hansen e Tarp (2000, 2001), Hudson e Mosley (2001), Easterly, Levine e Roodman (2003), entre outros.

### 4.2.1 Primeira geração de estudos

Griffin e Enos (1970) sugerem que a ajuda internacional pode possuir relação negativa com o crescimento dos países receptores, por não incentivar à poupança interna e também porque o investimento financiado pela ajuda tem menor produtividade. Para os autores, a medida de pobreza nem sempre determina de que lado da relação da ajuda um país se encontra e, sim, o desejo de poder que este quer ter no cenário internacional, pois “pessoas podem ser humanas e desinteressadas, mas nações não o são” (GRIFFIN e ENOS, 1970, p. 314). Como efeito, para os autores, o continente africano passou por um abandono internacional, após o fim da Guerra Fria, já que não havia mais a necessidade, nem por parte dos Estados Unidos nem da antiga URSS, de “conquistar” aliados. Nessa época, houve uma crise quase generalizada no continente, sendo os piores quadros aqueles vivenciados na Etiópia, na Somália, na República Democrática do Congo, em Serra Leoa, na Libéria, no Sudão e em Angola, países com guerras civis internas. O estimador utilizado no estudo foi o de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) separado em duas amostras, a primeira em 15 países africanos e asiáticos, no período entre 1962 e 1964, e a segunda em 12 países latino-americanos, no período 1957-1964.

O primeiro trabalho empírico com indicativos positivos da relação entre ajuda internacional e crescimento foi o de Papanek (1973), que encontra um elo positivo da ajuda tanto sozinha quanto combinada com outros componentes do capital externo. O autor estimou por MQO, para o período entre 1950 e 1970, em uma amostra de 51 países, e verifica diferenças por regiões (Ásia, América, Ásia e Mediterrâneo), além de ter controlado as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho dos países.

Gupta (1975) detecta que a ajuda possui um efeito positivo no crescimento dos países em desenvolvimento. O autor testou a relação entre ajuda internacional e crescimento econômico para 40 países em desenvolvimento, na década de 1960, através de regressão por Mínimos Quadrados em dois Estágios (2SLS) com sete variáveis conjuntamente dependentes: taxa de poupança, taxa de crescimento da renda, grau de dependência, taxa de natalidade, renda *per capita*, participação feminina na força de trabalho e mortalidade infantil. O fato de a ajuda possuir relação positiva no

crescimento, segundo os testes empíricos do autor, é mais significativo do que o efeito das taxas de poupança no crescimento, porém, menos do que outros tipos de fluxos internacionais (como o investimento privado internacional).

Mosley et al (1987, 1992) encontraram resultados diferentes em seus estudos a respeito da relação entre ajuda e crescimento econômico. No primeiro teste, quando usaram o estimador de MQO para 52 países, em diferentes períodos e regiões, encontraram que, em sua maioria, a ajuda não possui qualquer efeito sobre o crescimento econômico dos países receptores (período entre 1960 a 1983 dividido em diversos subperíodos). Contudo, quando na reestimação que fizeram ampliando até 1988 para 71 países – ainda testando por MQO – a relação encontrada foi positiva para a década de 1980, porém, não para toda a amostra, mesmo separando por regiões e nível de rendimento (baixo e médio). A explicação dos autores é que a eficácia da relação da ajuda acontece por ciclos, primeiro aumentando e depois diminuindo seus efeitos, quando o nível de desenvolvimento do país muda.

O Banco Mundial lançou, em 1998, um documento<sup>41</sup> em que trouxe a ideia de uma distribuição seletiva dos recursos da ajuda internacional como relevante para o crescimento e para a redução da pobreza nos países. Recomendava aos doadores direcionarem a ajuda a países que tivessem uma governança mais eficiente, pois a ajuda tendia a trazer melhores resultados nesses ambientes. De um lado, pode parecer ser a melhor alternativa recomendar que se empregue a assistência em países com melhor *performance* econômica e política. Apesar de, ao seguir tal raciocínio, haver a possibilidade de exclusão dos países que talvez mais necessitem de ajuda, essa ideia tem sido a questão central do debate, desde então, tanto na teoria quanto na discussão que se seguiu, como pelas condicionalidades impostas pelos doadores (em especial os organismos multilaterais).

---

<sup>41</sup> WORLD BANK (1998). “Assessing Aid: What Works, What Doesn't, and Why ».

## 4.2.2 Segunda geração de estudos

O estudo do Banco Mundial trouxe novas perspectivas para o estudo da relação entre ajuda internacional e crescimento econômico, pois a partir dele passou-se a pesquisar não apenas se a ajuda possuía relação positiva, mas, sim, quais condicionantes tinham mais relação positiva e poderiam potencializar a relação ajuda e crescimento. A segunda geração de estudos sobre a relação ajuda e crescimento econômico utiliza, além do método padrão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), variáveis instrumentais (VI) na tentativa de instrumentalizar a ajuda com fatores exógenos ao crescimento dos países receptores.

Burnside e Dollar (2000) iniciaram um novo período no estudo da relação entre ajuda internacional e crescimento econômico, pois testaram a não linearidade desta relação e a inserção de termos como a interação de indicadores (“ajuda x política econômica”). O trabalho dos autores analisa a relação entre ajuda internacional, políticas econômicas e a média do crescimento do PIB *per capita*, sendo a hipótese dos autores a de que a ajuda afeta positivamente o crescimento, mas o impacto é condicionado à qualidade das políticas econômicas. Ou seja, países com baixa renda que possuam políticas de qualidade e recebem ajuda se beneficiam de uma aceleração no crescimento, mas, em economias com distorção alta, a ajuda se dissiparia em despesas improdutivas do governo.

A metodologia aplicada pelos autores é a estimação usando um painel de 56 países, em seis períodos de quatro anos cada (de 1970-1973 a 1990-1993<sup>42</sup>), para responder se o efeito da ajuda no crescimento é condicionado a políticas econômicas (equação 1) e se os países e agências doadoras alocam mais recursos para países com boas práticas (equação 2)<sup>43</sup>. Estimam por mínimos quadrados ordinários (OLS) e

<sup>42</sup> A base utilizada foi o *World Bank Reporting System* como base, visto que este apresenta uma base de todos os empréstimos recebidos de forma bilateral e multilateral. Ainda foi incluído o componente doações para que a medida fosse o mais real possível. No estudo os dados foram convertidos para dólares constantes, em 1985, usando o índice de preços das importações do *International Finance Statistics*.

<sup>43</sup> (1)  $g_{it} = y_{it}\beta_y + a_{it}\beta_a + p_{it}\beta_p + z_{it}\beta_z + g_t + \varepsilon_{it}^g$

(2)  $a_{it} = y_{it}Y_y + p_{it}Y_p + z_{it}Y_z + a_t + \varepsilon_{it}^a$

mínimos quadrados em dois estágios (2SLS) pela possível correlação entre o erro das equações de crescimento e ajuda. A equação de crescimento é baseada no modelo neoclássico, com enfoque nos fatores institucionais e políticos e política econômica (incluindo o índice de abertura de Sachs e Warner). A estratégia foi encontrar distorções institucionais e de política, para explicar o desempenho de crescimento de países pobres e poder propor sobre a robustez na relação entre ajuda e crescimento.

A partir de uma regressão de todos os dados, com exclusão dos termos que envolvem ajuda, criam um índice para medir o efeito de boas políticas usando *superávit* orçamentário, inflação e abertura de mercado<sup>44</sup>. Depois, incluem a ajuda nas regressões, segundo o conceito de Chang *et al.* (1999) de assistência efetiva ao desenvolvimento (EDA) e não assistência ao desenvolvimento internacional (ODA) líquida<sup>45</sup>, sendo que, nas regressões, a ajuda é dada pelo percentual do PIB *per capita*. Os resultados apresentados foram de que o impacto da ajuda no crescimento é uma função positiva dos níveis de política e negativo dos níveis de ajuda (retornos decrescentes). Os autores sugerem que a ajuda teria mais impacto se fosse condicionada a boas políticas. Também fazem uma estimação com apenas 40 países (vinte da África Subsaariana, nove da América Latina, quatro do norte da África, quatro do leste asiático e três do sul da Ásia), trabalhando apenas com países de baixa renda na análise, já que países de renda média possuem acesso a mercados internacionais com mais facilidade e que o efeito nas taxas de crescimento seria diferente nesse grupo de países.

Collier e Dollar (2002) não encontram mudança no sinal ou na significância estatística do teste realizado, anteriormente, por Burnside e Dollar (2000), apesar de terem alterado o índice de política por outro (CPIA índice). Modificaram o período

---

onde  $i$  representa os países,  $t$  o tempo,  $g_{it}$  é o crescimento do PIB real *per capita*,  $y_{it}$  é o logaritmo do PIB real *per capita* inicial,  $a_{it}$  é a ajuda recebida em relação ao PIB,  $p_{it}$  é um vetor de políticas que afetam o crescimento,  $z_{it}$  é um vetor de variáveis exógenas que devem afetar o crescimento e a alocação da ajuda,  $g_t$  e  $a_t$  são efeitos fixos e  $\varepsilon_{it}^g$  e  $\varepsilon_{it}^a$ .

<sup>44</sup> Índice de abertura de Sachs e Warner (1995).

<sup>45</sup> A ODA (*Overseas Development Assistance*) computa o desembolso de empréstimos (menos amortizações) e doações e a EDA (*Effective Development Assistance*) computa a soma das doações equivalentes de todos os fluxos desembolsados num determinado período, eliminando as distorções das amortizações.

amostral para 1974-1997, porém, mantiveram o corte de cada quatro anos. As variáveis de controle foram: PIB real *per capita* inicial; composto de indicadores de governança do Guia Internacional de Risco dos Países (*International Country Risk Guide*); índice de política; e *dummies* por períodos. Esses resultados ratificam o estudo anterior de Burnside e Dollar, de que a qualidade de políticas de um país influencia a eficácia que a ajuda recebida terá no crescimento econômico do mesmo.

Para Collier e Hoeffler (2002) a ajuda tem impacto no crescimento de países que estejam se recuperando de Guerra Civil e que possuem boas políticas, confirmando mais uma vez a hipótese do estudo de Burnside e Dollar. Testaram o período amostral entre 1974-1997, com o corte de cada quatro anos e estimador de mínimos quadrados ordinários. As variáveis de controle foram: PIB real *per capita* inicial; composto de indicadores de governança do Guia Internacional de Risco dos Países (*International Country Risk Guide - ICRG*); índice de política CPIA; e *dummies* por períodos. A inserção de novas variáveis não alteram os resultados encontrados por Collier e Dollar (2002) e os resultados apresentam que a ajuda é mais eficaz em cenários de pós-conflitos (guerra civil).

Guillaumont e Chauvet (2001) contrapõem os resultados de Burnside e Dollar ao não encontrar uma necessidade de política de qualidade para que a ajuda tenha efeito positivo no crescimento econômico. O estudo acha que a ajuda tem resultados mais significativos em países com ambientes econômicos em dificuldade, com baixa população, com desastres naturais recém ocorridos e com vulnerabilidade comercial. A estimação foi feita por 2SLS, utilizando, ao invés de períodos de quatro anos, períodos de doze anos (prazo mais longo), entre 1970-1993. As variáveis de controle foram PIB *per capita* inicial, variável de “ambiente” elaborada pelos próprios autores, média de anos escolares estudados pela população adulta, média de assassinatos e revoluções, fracionamento etno-linguístico, *dummy* por períodos, M2. O índice de política macroeconômica é o mesmo de Burnside e Dollar (2000).

Hansen e Tarp (2001) encontram como resultados significativos a relação dos termos de ajuda, ajuda<sup>2</sup>, variação da ajuda e variação da ajuda<sup>2</sup> e o crescimento do PIB, o que concluem levar a um impacto positivo, porém com retornos decrescentes.

Para os autores, a ajuda impacta no crescimento via acúmulo de capital. O período estudado foi de 1978 a 1993, dividido em períodos de quatro anos cada, e a definição de ajuda é a da OCDE (ODA). Os indicadores de política macroeconômica usados foram inflação e abertura de mercado de Sachs e Warner e as variáveis de controle foram as mesmas de Burnside e Dollar (2000). Como resultado, encontram uma relação positiva de aumento de um para um na relação de ajuda e investimento, ou seja, um aumento de 1% em ajuda aumenta em 1% o nível de investimento, e concluem que a relação ajuda-investimento-crescimento acontece na maioria dos países, porém, sem ser condicional a boas políticas macroeconômicas, o que contrapõe o resultado de Burnside e Dollar (2000).

Segundo Dalgaard et al. (2004), a ajuda funciona desde que fora dos trópicos, seguindo os resultados de Gallup e Sachs (1999) de que o crescimento econômico teve resultados mais positivos fora dos trópicos. GMM, no período entre 1970 e 1997, com índice de política de Burnside e Dollar (2000). As variáveis de controle foram: PIB real *per capita* inicial; índice de política; e *dummies* por períodos. O artigo possui dois objetivos, sendo o primeiro prover fundamentação no que diz respeito ao efeito de ajuda na produtividade de longo prazo. Segundo os autores, quando a ajuda é inserida no modelo como uma transferência exógena da renda ou capital, em um modelo de *Overlapping Generations* (OLG)<sup>46</sup>, a ajuda, normalmente, impacta na produtividade. O segundo objetivo é reexaminar o caso da condicionalidade da ajuda baseada em boas políticas econômicas, sugerindo um modelo de efetividade da assistência, mesmo em ambientes de políticas “ruins”.

No que tange à efetividade da ajuda na produtividade de longo prazo e o modelo OLG do sistema econômico, os autores parametrizam a influência do governo achando que o impacto da ajuda na produtividade do governo pode ser ambíguo, já que uma gestão econômica fraca pode trazer resultados ineficientes. Porém, há fatores como instituições e questões geográfico-climáticas que podem influenciar na produtividade de

---

<sup>46</sup> Modelo econômico dinâmico introduzido por Samuelson (1958) em que os agentes vivem um período finito de tempo, porém longo o suficiente para conviver com pelo menos mais uma geração. Os autores usam um modelo OLG baseado no de Diamond (1965), onde todos os mercados são competitivos, a economia é fechada e não há progresso tecnológico.

uma maneira positiva e para tal adicionam uma *proxy* de características estruturais profundas (fração da terra em áreas tropicais), encontrando resultados mais significativos na relação desta com ajuda-crescimento do que na de ajuda-crescimento com políticas. Em um segundo momento, discutem a proposta de Collier e Dollar (2001, 2002) de escolha da alocação da ajuda através do índice CPIA do Banco Mundial<sup>47</sup>, onde países pobres com índices mais altos receberiam mais assistência.

Numa tentativa de esclarecer as discussões acerca do tema, Dalgaard et al. (2004) utilizam os mesmos dados de Burnside e Dollar (2000) e os de Easterly, Levine e Roodman (2003), que incluem o período 1994-1997 e trabalham com um número maior de países na sua base de dados. Eles testam a endogeneidade da ajuda e das instituições na ajuda, para evitar distorções em regressões, usando MQO, 2SLS e GMM. A conclusão a que chegam é de que a ajuda por si só não assegura a convergência econômica, porém, pode estimular o processo. Estimam que, nos últimos 30 anos, a ajuda obteve menos impacto em áreas tropicais. Apesar de refutarem que a geografia seja o fator determinante para o insucesso da assistência, acreditam que talvez essas regiões tenham necessidades específicas que possivelmente não tenham sido atingidas no decorrer do período.

O trabalho de Radelet *et. al* (2004) usa OLS, 2SLS e GMM (*Generalized Method of Moments*) em três pressupostos, sendo que a ajuda não contribui para o crescimento e pode atrapalhá-lo - incentivando corrupção, sendo desperdiçada, prejudicando o setor privado (doença holandesa), diminuindo os níveis de poupança ou auxiliando governos ruins a permanecerem no poder. A ajuda tem relação positiva com crescimento na média dos países (apesar de não em todos), mas com retornos decrescentes – ajuda pode influenciar o crescimento, mesmo que não funcione em todos os casos, aumentando a poupança, financiando investimentos, aumentando produtividade

---

<sup>47</sup> Índice criado na década de 1970 pelo banco Mundial composto por 20 critérios para avaliar a qualidade institucional e política dos países. O Banco Mundial aponta 35 países como frágeis e com risco de se tornarem frágeis, que abrigam cerca de meio bilhão de pessoas ao redor do mundo. Esses países possuem características comuns, como instituições fracas, pobreza e vulnerabilidade para conflito. Essas características podem ser mensuradas através de: serem receptores de ajuda do *International Development Association* (IDA), além de terem sido classificados com uma pontuação abaixo de 3,2 em uma escala de 0-5 no Índice CPIA (*Country Policy and Institutional Assessment*).

(através de investimentos em educação e saúde) ou transferência de tecnologia; e a ajuda tem uma relação condicional com o crescimento, apenas ajudando a acelerar o crescimento sob certas circunstâncias – depende ou das características do país receptor (boas práticas, choques climáticos, termos de comércio, governo, etc.) ou das práticas do doador (burocracia, sistema de monitoramento, estratégia de comércio).

O trabalho de Clemens et al. (2004) discute a relação entre ajuda e crescimento em países de baixa renda, esclarecendo alguns pontos que julgam não terem sido levados em consideração anteriormente. Este é o caso dos diferentes tipos de assistência que existem e que normalmente são tratados como uma coisa única, sem levar em consideração seus objetivos e motivos. Os autores mencionam que a maioria dos estudos anteriores, no nível de pesquisa macroeconômica, usou regressões de crescimento *cross-country* baseadas em dados de painel com observações a cada quatro anos. O estudo trabalha com a base de dados da OCDE para ajuda comprometida desagregada, em 233 diferentes motivos, no período 1973-2001, para todos os países doadores e receptores, agregando-os segundo as três grandes categorias antes descritas, apenas desconsiderando custos administrativos dos doadores<sup>48</sup>. A partir de então, agregam as categorias por país que recebe para que este possa ter pelo menos uma observação.

Para o efeito da ajuda no crescimento, estimam por GMM e 2SLS, preferindo a segunda opção por facilitar a comparação com a maior parte da literatura sobre o assunto, apesar de acharem que os resultados com o método GMM são bastante consistentes. Encontram uma relação não linear entre ajuda de curto prazo e crescimento, com retornos decrescentes, o que para os autores é apenas uma limitação dos países receptores de absorver quantidades além de suas habilidades para gastar. Os autores apontam que há uma forte evidência de que algumas variáveis econômicas têm relação com o crescimento nos países de baixa renda, como instituições fortes, maior abertura de mercado, inflação baixa e diminuição do *déficit* orçamentário. Por fim, atestam que a relação ajuda de curto prazo-crescimento não varia entre países que

---

<sup>48</sup> A OECD possui informações de ajuda desembolsada, a partir de 1990, por motivo e desta maneira puderam validar as aproximações pelo critério de correlação e do erro médio.

possuam características diferentes, por exemplo, níveis de renda ou políticas econômicas diferentes.

Rajan e Subramanian (2005) acreditam na ideia de que a relação entre ajuda internacional e crescimento econômico ainda gera controvérsia entre os pesquisadores do tema, pois ponderam que os estudos prévios não chegaram a resultados significativos de que a ajuda realmente tem impacto no crescimento dos países através das hipóteses prévias de Burnside e Dollar (2000), de que a ajuda deve ser condicionada a políticas econômicas sólidas para serem efetivas. Analisaram os efeitos da ajuda no crescimento, através de estimações *cross-country* e dados em painel, utilizando uma amostra de 107 países que receberam ajuda e 23 que doaram entre os anos de 1960 e 2000, pelos dados da OCDE.

Rajan e Subramanian (2005), após a regressão por mínimos quadrados ordinários (MQO) sem considerar a endogeneidade da ajuda, encontraram resultados negativos em quatro dos cinco casos e optaram por não considerá-los, pois a ajuda internacional pode ter motivações diversas e isso deveria ser considerado. Os autores acreditam que a questão da endogeneidade deve ser corrigida, para não haver erros na estimação do efeito da ajuda no crescimento dos países, visto que a decisão de ajudar nem sempre acontece puramente por motivos econômicos. Eles testam a relação ajuda-crescimento, em diferentes quadros, como em cortes temporais (médio e longo prazo), fontes de ajuda (bilateral ou multilateral), tipos (econômica, social e alimentar), tempo de impacto da ajuda (curto e longo prazo), especificações (*cross-sectional* e painel) e amostras.

#### 4.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTUDOS DA SEGUNDA GERAÇÃO

Esta etapa traz a comparação entre os resultados dos estudos da segunda geração apresentados. Para promover crescimento econômico é necessário compreender como ele é composto e varia ao longo do tempo. Apesar de alguns autores questionarem que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é um cálculo

limitado para mensurar a eficácia da ajuda e sugerirem a inserção de indicadores como mortalidade infantil, expectativa de vida e escolaridade (Boone, 1996) e também bem-estar e liberdade (Sen, 2000), ainda, na literatura, o PIB é um dos componentes principais para avaliar resultados econômicos e se faz indispensável em qualquer investigação.

### 4.3.1 Estimador aplicado, dados e período

Quando se faz um estudo como este, é imprescindível uma série de ressalvas, pois há uma quantidade grande de conceitos amplos. Foi feita a tentativa de esclarecer os conceitos aqui escolhidos para a elaboração do modelo e análise dos resultados, mas sempre fica margem para questionamentos e discussões, que trazem mais riqueza para o debate do tema em questão.

Cada estudo testou a relação da ajuda internacional, no crescimento econômico, a partir de um estimador para um determinado número de países, período de tempo e variáveis de controle. Roodman (2004) compara esses fatores, o que foi expandido com alguns trabalhos mais recentes como apresentado no Quadro 2.

Estudo	Estimador	Período	Ajuda	Variáveis de controle
Burnside e Dollar (2000)	MQO, 2SLS	1970-1993	EDA/PIB real	LPIB, FRETN, ASSAS, FRETNxASSAS, ICRGE, M2, SSA, EASIA, <i>dummies</i> por período, índice de política macroeconômica
Hansen e Tarp (2000)	2SLS	1978-1993	ODA	LPIB, FRETN, ASSAS, FRETNxASSAS, ICRGE, M2, SSA, EASIA, <i>dummies</i> por período, índice de política macroeconômica
Hansen e Tarp (2001)	GMM	1978-1993	ODA/PIB com taxa de câmbio	LPIB, ASSAS, FRETNxASSAS, ICRGE, M2, <i>dummies</i> por período, índice de política macroeconômica
Guillaumont e Chauvet (2001)	MQO, 2SLS	1970-1993	ODA/PIB com taxa de câmbio	LPIB, FRETN, M2, AMB, MAE, POPG, <i>dummies</i> por período, índice de política macroeconômica
Collier e Dehn (2001)	MQO	1974-1993	EDA/PIB real	LPIB, FRETN, ASSAS, FRETNxASSAS, ICRGE, M2, SSA, EASIA, <i>dummies</i>

				por período, índice de política macroeconômica
Collier e Dollar (2002)	MQO	1974-1997	ODA/PIB real	LPIB, ICRGE, CPIA, <i>dummies</i> por período e região
Collier e Hoeffler (2002)	MQO	1974-1997	ODA	LPIB, ICRGE, CPIA, <i>dummies</i> por período e região
Dalgaard, et al. (2004)	GMM	1970-1997	EDA	LPIB, índice de política, <i>dummies</i> por período
Clemens et al. (2004)	GMM e 2SLS	1974-2001	ODA (desagregada e total)	LPIB, EASIA, TROP, LEXP, ICRGE, INFL, BO, SACW, índice de política macroeconômica, IMAR, AREA, COST, MAE, RNAT, DNAT, CHOC, GCIV.
Radelet et al. (2004)	MQO, 2SLS e GMM	1974-2001	ODA (desagregada e total)	LPIB, EASIA, TROP, LEXP, ICRGE, INFL, BO, SACW, índice de política macroeconômica, IMAR, AREA, COST, MAE, RNAT, DNAT, CHOC, GCIV.
Rajan e Subramanian (2005)	MQO, 2SLS	1960-2000	ODA	LPIB, EXPV, GEO, FRETN, ICRGE, M2, REVOL, INFL, BO, SACW

## Quadro 2: Comparativo entre os estudos

Fonte: Elaboração própria

Nota: LPIB é o log inicial do PIB real *per capita*, FRETN é a fragmentação étnico-linguística, ASSAS = assassinatos *per capita*; ICRGE = composto com indicadores governamentais; M2 = M2/PIB; SSA = *dummy* para África Subsaariana; EASIA = *dummy* para o Leste Asiático com rápido crescimento; AMB = variável que capta o “ambiente” de Guillaumont e Chauvet; MAE = média dos anos de escolaridade no segundo grau entre adultos; PINSTAB = média de assassinatos e revoluções por ano; BO = balanço orçamentário/PIB; INFL = log (1+ inflação); SACW = índice de abertura de Sachs-Warner, índice de política macroeconômica = índice construído por Burnside e Dollar (2000), TROP = *dummy* indicativa de localização nos trópicos, IMAR = importação de armas/PIB, AREA = área em km<sup>2</sup>, RNAT = exportação de produtos primários/PUB, DNAT = número de secas, terremotos, e enchentes/PIB, GCIV = guerra civil, CHOC = choques nos preços das *commodities*/PIB, EXPV = expectativa de vida, REVOL = média de revoluções por ano, GEO = média de dias com neve e área tropical.

Analisando os dados do Quadro 2, que apresenta onze estudos realizados sobre o impacto da ajuda internacional no crescimento econômico, percebe-se que os estudos utilizaram os seguintes estimadores: sete usaram MQO; seis variáveis instrumentais (2SLS); e quatro GMM, sendo que cinco utilizaram pelo menos dois estimadores combinados, e o 2SLS esteve presente em todas as combinações feitas.

Quanto ao período, o mínimo utilizado foram quinze anos, por Hansen e Tarp (2001 e 2002), para 1978-1993, entretanto, com estimadores diferentes, 2SLS (2000) e

GMM (2001). O período mais longo foi de 27 anos, Dalgaard et al. (2004), entre 1970 e 1997. Burnside e Dollar (2000) e Guillaumont e Chauvet (2001) também iniciam em 1970, encerrando o período em 1993, sendo o período utilizado de 23 anos. Collier e Dollar (2002) e Collier e Hoeffler (2002) utilizam do mesmo modo o período de 23 anos, entretanto, o intervalo é entre 1974 e 1997.

No quesito ajuda, foram utilizados ODA por seis estudos e EDA por três estudos, sendo que, em alguns casos, são empregados o PIB real e o PIB com taxa de câmbio, cada um presente em dois estudos.

As principais variáveis de controle foram a LGDP e *dummies* por período, presentes em oito estudos, ICRGE, em seis, M2 e índice de política macroeconômica, em cinco, ETHNF e ASSAS e sua relação (ETHNFxASSAS), em quatro, EASIA e SSA, em três e regia, em dois.

#### 4.3.2 Os efeitos da ajuda no crescimento econômico

A partir dos resultados encontrados por Burnside e Dollar (2000), surge, na última década, a discussão de que condicionantes afetam a eficácia da ajuda internacional, para o crescimento econômico dos países e uma das principais questões testadas, nos estudos subsequentes, foi se a qualidade da política macroeconômica do país receptor realmente influencia no efeito da ajuda internacional. Além disso, alguns estudos testaram e encontraram que a ajuda possui retornos decrescentes e são dependentes de outros fatores que não a qualidade da política implantada pelo país receptor. Moreira (2004) comparou os resultados de alguns trabalhos empíricos da relação ajuda-crescimento, o que foi expandido pelo presente estudo. Os resultados estão demonstrados no Quadro 3.

Estudo empírico	Efeito marginal da ajuda no crescimento		
	Decrescente	Dependente da qualidade da política	Dependente de outros fatores
Burnside e Dollar (2000)	--	√	--
Hansen e Tarp (2000)	√	X	--
Hansen e Tarp (2001)	√	X	--
Guillaumont e Chauvet (2001)	--	X	Vulnerabilidade a choques comerciais e climáticos
Collier e Dehn (2001)	--	√	Ocorrência de choques comerciais negativos
Collier e Dollar (2002)	√	√	--
Collier e Hoeffler (2002)	√	√	Cenários pós-conflito
Dalgaard, et al. (2004)	√	--	Localização geográfico-climática
Clemens et al. (2004)	√	X	Instituições e expectativa de vida (saúde)
Radelet et al. (2004)	√	X	Instituições e expectativa de vida (saúde) para ajuda de curto prazo
Rajan e Subramanian (2005)	√	√	Localização geográfica, alguns tipos de ajuda funcionam melhor

### Quadro 3: A eficácia da ajuda e os estudos da segunda geração

Fonte: Elaboração própria

√ O estudo confirma a hipótese; (X) O estudo não confirma a hipótese; - O estudo não testou a hipótese.

Os estudos demonstram que existe uma relação entre ajuda e crescimento, mas alguns resultados foram divergentes em relação ao efeito marginal da ajuda, como: se é decrescente, se depende de políticas internas ou mesmo de outros fatores externos.

Dos onze estudos empíricos levantados pelo presente trabalho, seis deles apontam que a ajuda internacional apresenta retornos decrescentes, enquanto o restante não testou esta hipótese. Pode-se inferir a partir daí que a ajuda, apesar de ter impacto positivo no crescimento, diminui sua eficácia na medida em que aumenta o fluxo de recursos, podendo chegar a um determinado nível em que não tenha efeito algum.

Quanto à dependência da qualidade da política fiscal, monetária e comercial (como testado por Burnside e Dollar, 2000), cinco estudos confirmam esta hipótese, quatro não testaram e três refutam. É importante notar que além do fator boas políticas, ainda foram encontrados outros condicionantes para a ajuda impactar no crescimento econômico dos países receptores, sendo eles a qualidade inicial da política, a vulnerabilidade econômica, a instabilidade política, a ocorrência de choques comerciais negativos, os cenários pós-conflito, a localização geográfico-climática e a vulnerabilidade a choques comerciais e climáticos. Quatro estudos (Collier e Dehn, 2001; Collier e Hoeffler, 2002; Guillaumont e Chauvet, 2001; Rajan e Subramanian, 2005) apontam a combinação de boas políticas e outros fatores como determinante para os resultados da eficácia da ajuda internacional.

A grande limitação da comparação entre os estudos desta área é a falta de padronização nos dados utilizados. Cada trabalho utiliza dados de fontes diversas determinadas pelo próprio pesquisador e que variam entre as pesquisas. Sem contar que muitas vezes as bases de dados possuem algumas falhas e se não forem corrigidas, os resultados não serão os que deveriam ser. Além disso, nem todo autor explica exatamente alguns cálculos e dados utilizados. Há ainda alteração no número de países estudados, as variáveis de controle, etc.

Há bastante crítica sobre a eficácia da ajuda, visto que muitos países menos desenvolvidos não conseguiram ainda sair da “armadilha da pobreza”<sup>49</sup> em que se encontram, mesmo recebendo montantes significativos de ajuda internacional, alguns autores falam num possível fracasso deste processo por acreditarem que o dinheiro, ao invés de ser investido, acaba sendo gasto em consumo (EASTERLY, 2008). Para outros, haveria a ocorrência do fenômeno da “doença holandesa”<sup>50</sup>.

Em verdade, ainda não se conseguiu detectar com exatidão os efeitos dos diferentes tipos de ajuda, se há (e quais são os) demais fatores condicionantes para o crescimento do PIB dos países que recebem ajuda. Mas como se pode perceber nos

---

<sup>49</sup> Para mais esclarecimentos sobre o fenômeno, ver Sachs (2006).

<sup>50</sup> Rajan e Subramanian (2005b) tratam da questão de que grandes entradas não previstas de capital na economia podem diminuir a competitividade do país por esse efeito.

resultados expostos, a ajuda apresenta impacto positivo para quem é beneficiado por ela.

Os resultados dos estudos colaboram com a ideia de que a ajuda internacional pode ter relação positiva com o crescimento econômico dos países que receberam essa ajuda. A literatura sugere que, na média, a ajuda funciona de forma positiva para os países que a recebem, sendo que funcionam melhor fora dos trópicos e que políticas fiscais, monetárias e comerciais, além de estabilidade política e governança, influenciam na produtividade do investimento. Porém, a ajuda internacional não funciona de forma igual em cada lugar em que é investida, especialmente, porque há necessidades diversas entre os diferentes países e isso é levado em consideração na hora do envio dos recursos por parte dos doadores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de disparidades entre os índices de crescimento econômico dos países tem sido evidenciada pela literatura econômica. Há uma gama de hipóteses alternativas propostas para que os países possam alcançar a convergência econômica de tais diferenças. O objetivo deste trabalho foi contribuir para a melhor compreensão da relação envolvendo a ajuda internacional e o crescimento econômico para a redução da pobreza.

O primeiro ponto analisado foi a falta de crescimento econômico nos países menos desenvolvidos, a pobreza vivida por eles, as armadilhas para o desenvolvimento e as possibilidades de superar essa condição, sendo uma delas a ajuda internacional. Outro ponto examinado no trabalho foi a relevância da ajuda internacional no contexto histórico, sua finalidade, meios, atores envolvidos.

Foi, então, apresentada uma revisão de trabalhos empíricos que relacionam a ajuda internacional e o crescimento econômico dos países receptores. Nos trabalhos relacionados por esta pesquisa, os resultados sugeriram que a ajuda corrobora com o crescimento. Em geral, esses indicativos se mostraram significativos e positivos, desde que condicionados a alguns fatores, como política macroeconômica, geografia ou estabilidade política. Por outro lado, alguns estudos refutam a ideia de que a ajuda internacional realmente beneficie os países que a recebem, pois muitos se tornam dependentes e não buscam sua própria maneira de se desenvolver.

Essas críticas aos modelos adotados para explicar as relações devem ser levadas em consideração, pois se argumenta que a ajuda internacional não atingiu os resultados inicialmente propostos pelos atores envolvidos e ainda há muito que se fazer para erradicar a pobreza da população, nos mais diversos países, apesar de muitos estudos terem sinalizado para resultados positivos nessa relação.

Os resultados acerca do assunto têm detectado opiniões muitas vezes controversas, sendo este mais um motivo para se continuar a testar e discutir o tema,

numa tentativa de aprimorar e encontrar evidências que fortaleçam a hipótese. Apesar de um aumento desses valores repassados, os resultados formais são muitas vezes conflitantes sobre a relação entre ajuda e crescimento. Como se percebe, não apenas o volume de recursos, mas a forma como eles são aplicados que podem colaborar com o impacto da ajuda no país.

A análise de cada estudo sugere que há espaço para melhorias no desempenho dessa relação, entretanto, ainda há muito que se discutir a respeito. Como bem notado nos resultados dos testes apresentados, a ajuda reforça positivamente o crescimento econômico dos países receptores, alcançando melhores resultados quando na presença de certos fatores condicionantes (qualidade da política fiscal, monetária e comercial; localização geográfica; instituições de qualidade, dentre outros).

Espera-se, assim, que este trabalho sirva para fomentar a discussão a respeito do assunto. Esta dissertação se limitou a discutir e comparar alguns trabalhos empíricos e seria importante aprofundar o estudo com a aplicação de modelos econométricos para poder comparar com os resultados prévios. No início, inclusive, a ideia era poder replicar, porém houve grande dificuldade em buscar e ajustar os dados, com os cálculos realizados pelos autores. Para o futuro, uma possibilidade é estudar não apenas a redução da pobreza como foco, mas, sim, das desigualdades existentes. Certamente, a necessidade é a de continuar a estudar o assunto.

## REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron. **Introduction to modern economic growth**. Princeton University Press: Princeton, 2009.

ALESINA, Alberto; DOLLAR, David. **Who gives foreign aid to whom and why?** Journal of Economic Growth, 5 (1): p. 33-63, 2000.

ARELLANO, Cristina et al. **The dynamic implications of foreign aid its variability**. IMF Working Paper, 2005.

**BANCO MUNDIAL**. Site oficial. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em 3 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **Assessing Aid: What Works, What Doesn't, and Why**. World Bank Report, nov. 1998.

BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. **Poor Economics**. Public Affairs: New York, 2011.

BARRO, Roberto J. **Determinants of economic growth: a cross-country empirical study**. MIT Press: Cambridge, 1998.

Boone, P. (1996). **Politics and the effectiveness of foreign aid**. European Economic Review 40, 289–329.

Review 40, 289–329. BOUTROS-GHALI, Boutros. **ONU: uma Agenda para o Desenvolvimento**. Palestra proferida na Sala do Conselho Universitário da USP, org. área de Assuntos Internacionais do IEA-USP, 28 fev. 1996.

BRANCO, Manuel Couret. **Desenvolvimento, Sudsenvolvimento e Democracia em África**. Actas do 1º Encontro Luso-Angolano de Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural, coordenação de Maria Leonor Silva Carvalho e Marcos Olímpio Gomes Santos. Universidade de Évora, 2009, pp. 75-101. Disponível em: [http://www.ela.uevora.pt/download/ELA\\_SPlenaria\\_05.pdf](http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_SPlenaria_05.pdf).

BURNSIDE, Craig; DOLLAR, David. **Aid, Policies and Growth**. American Economic Review: v. 90, n. 4, p. 847-868, set. 2000.

CHANG, Charles C.; FERNÁNDEZ-ARIAS, Eduardo; SERVÉN, Luis. **Measuring aid flows: a new approach**. International Economics Working Paper 2050, World Bank, fev. 1999.

CLEMENS, Michael A.; RADELET, Steven; BHAVNANI, Rikhil. **Counting chickens when they hatch: the short-term effect of aid on growth**. Center for Global Development, Working Paper n. 44, jul. 2004.

COLLIER, Paul. **The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it**. Oxford University Press: New York, 2007.

Collier, P. and Dehn, J. (2001). **Aid, Shocks, and Growth**. Working Paper 2688, The World Bank, Washington, D.C. (October).

COLLIER, Paul; DOLLAR, David. **Aid allocation and poverty reduction**. European Economic Review, Elsevier, vol. 46(8), p. 1475-1500, 2002.

COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anne. **Aid, policy and growth in post-conflict societies**. Policy Research Working Paper 2902, Banco Mundial: 2002.

CORRÊA, Daniela; LIMA, Gilberto Tadeu. **Crescimento econômico impulsionado por recursos naturais: uma nota sobre a experiência de Botsuana**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2 (118), p. 329-339, abr.-jun. 2010.

Dalgaard, C. and Hansen, H. (2001). **On Aid, Growth and Good Policies**. Journal of Development Studies, vol. 37(6) (August), pp. 17–41.

DALGAARD, Carl-Johnson; HANSEN, Henrik; TARP, Finn. **On the empirics of foreign aid and growth**. Economic Journal, Royal Economic Society, vol. 114(496), p. F191-F216, 06, 2004.

**DAC**. Development Assistance Committee. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac>>. Acesso em 29 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Paris sobre a eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento**. Fórum de Alto Nível, Paris, 28 fev - 2 mar 2005.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço**. Record: 10ª. ed., 2001.

EASTERLY, William. **The elusive quest for growth: economists' adventures and misadventures in the tropics**. MIT Press: Cambridge, 2002.

EASTERLY, William; LEVINE, Ross; ROODMAN, David. **New Data, New Doubts: a comment on Burnside and Dollar's "Aid, Policies and Growth (2000)**. Working Paper, 2003.

EASTERLY, William (editor). **Reinventing foreign aid**. MIT Press: Cambridge, 2008.

FOLKE, Steen; NIELSEN, Henrik. **Aid impact and poverty reduction**. Danish Institute of International Studies. Palgrave Macmillan Ltda., 2006.

FRANKEL, Jeffrey A; ROMER, David. **Does trade cause growth?** American Economic Review: 89(3), p. 379-399, jun. 1999.

**FMI**. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Site oficial. Disponível em: <<http://www.imf.org/>>. Acesso em 06 abr. 2012.

GRIFFIN, K. B.; ENOS, J. T. **Foreign Assistance: objectives and consequences**. Economic Development and cultural change, vol. 18, n. 3, p. 313-327, abr. 1970.

GUILLAUMONT, P.; CHAUVET, Lisa. **Aid and Performance: a reassessment**. Journal of Development Studies. Taylor and Francis Journals, vol. 37(6), p. 66-92, 2001.

GUPTA, Kanhaya L. **Foreign capital inflows, dependency burden, and saving rates in developing countries: a simultaneous equation model.** KYKLOS, v. 28, p. 358-374, 1975.

HANSEN, Henrik; TARP, Finn. **Aid effectiveness disputed.** Journal of International Development 12 (3), p. 375-398, 2000.

HANSEN, Henrik; TARP, Finn. **Aid and growth regressions.** Journal of Development Economics, Elsevier, vol. 64(2), p. 547-570, abr. 2001.

HOUNGNIKPO, Mathurin C. **Africa's Elusive Quest for Development.** Palgrave Macmillan Ltda., 2006.

KARLAN, Dean; APPEL, Jacob. **More than good intentions.** Dutton: New York, 2011.

MANKIW, N. Gregory; ROMER, David; WEIL, David N. **A contribution to the empirics of economic growth.** The Quarterly Journal of Economics, mai. 1992.

MOREIRA, Sandrina B. **O paradoxo micro-macro da eficácia da ajuda : morto ou vivo? VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 16-18 set. 2004.

Mosley, P., Hudson, J. and Horrell, S. (1987). **Aid, the Public Sector and the Market in Less Developed Countries.** Economic Journal, vol. 97(387) (September), pp. 616–41.

MOSLEY, P.; HUDSON, J.; HORRELL, S. **Aid, the public sector and the market in less developed countries: a return to the scene of crime.** Journal of International Development: v. 4, n. 2, p. 139-150, 1992.

MOURMOURAS, Alex; RANGAZAS, Peter. **Foreign aid and sources of poverty: a quantitative framework.** IMF Staff Papers, 2007.

MOYO, Dambisa. **Dead Aid: why AID is not working and how there is a better way for Africa.** FSG: New York, 2009.

**ONU.** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Site oficial. Disponível em: <<http://www.un.org/>>. Acesso em 23 jun. 2011.

**OCDE.** ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Site oficial. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso em 10 mar. 2012.

PAPANEK, Gustav F. **Aid, Foreign Private Investment, Savings, and Growth in Less Developed Countries.** *Journal of Political Economy*, Vol. 81, No. 1, p. 120-130, jan.-fev. 1973.

**PNUD.** PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Site oficial. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em 21 jan. 2011.

PATTILLO, Catherine et al. **Measuring the effect of foreign aid on growth and poverty reduction or the pitfalls of interaction variables.** IMF Working Paper, 2007.

RADELET, Steve et al. **Aid and Growth: the current debate and some new evidence.** Center for Global Development, 2004.

RADELET, Steven. **Emerging Africa: how 17 countries are leading the way.** Center for Global Development: Washington, 2010.

RAJAN, Raghuram; SUBRAMANIAN, Arvind. **Aid and growth: what does the cross-country evidence really show?** IMF Working Paper, 2005.

RAJAN, Raghuram; SUBRAMANIAN, Arvind. **What undermines aid's impact on growth?** IMF Working Paper, 2005.

ROODMAN, David. **The anarchy of numbers: aid, development and cross-country empirics.** Center for Global Development, Washington, DC. 2004.

SACHS, Jeffrey; McARTHUR, John W; SCHMIDT-TRAUB, Guido; KRUK, Margaret; BAHADUR, Chandrika; FAYE, Michael; McCORD, Gordon. **Ending Africa's Poverty Trap.** Brookings Papers on Economic Activity, p. 117-240, 2004.

SACHS, Jeffrey. **The End of Poverty: economic possibilities for our time.** Penguin Books: New York, 2006.

SEN, Amartya K. **Development as freedom.** Anchor Books: New York, 2000.

SOLOW, Robert M. **A contribution to the theory of economic growth.** The Quarterly Journal of Economics, Vol. 70, No. 1, p. 65-94, fev. 1956.

SÖRENSEN, Jens Stilhoff. **Challenging the aid paradigm: Western currents and Asian alternatives.** Palgrave Macmillan Ltd., 2010.

TOURÉ, Amadou Toumani. **Os Conflitos em África e o Papel da Ajuda Externa.** Estratégia, publ. n. 15. Institutos de Estudos Estratégicos, 2º. Sem. 2001. Disponível em:  
[http://www.ieei.pt/files/Amadou\\_Toumani\\_Toure\\_Conflitos\\_em\\_Africa\\_Papel\\_Ajuda\\_Externa.pdf](http://www.ieei.pt/files/Amadou_Toumani_Toure_Conflitos_em_Africa_Papel_Ajuda_Externa.pdf).

**UN-OHRLLS.** United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and the Small Island Developing Countries. Site oficial. Disponível em: <<http://www.unohrlls.org/>>. Acesso em 06 jun. 2011.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. Site oficial. Disponível em: <<http://www.unohrlls.org/>>. Acesso em 15 fev. 2012.

VAN DE WALLE, Nicolas. **African economies and the politics of permanent crisis, 1979-1999.** Cambridge University Press: New York, 2001.

ANEXOS

## Anexo A - Lista dos Países e Organizações Participantes da Declaração de Paris (OCDE, 2005)

### Países Participantes

África do Sul	Grécia	Papua-Nova Guiné
Albânia	Guatemala	Polônia
Alemanha	Guiné	Portugal
Arábia Saudita	Honduras	Reino Unido
Austrália	Iêmen	República Democrática do Congo
Áustria	Indonésia	República Tcheca
Bangladesh	Irlanda	República Dominicana
Bélgica	Islândia	República Eslovaca
Benim	Ilhas Salomão	República do Quirguistão
Bolívia	Itália	República Democ. Popular do Laos
Botsuana	Jamaica	Ruanda
[Brasil ] *	Japão	Romênia
Burkina Faso	Jordânia	Senegal
Burundi	Quênia	Sérvia e Montenegro
Camboja	Kuwait	Sri Lanka
Camarões	Luxemburgo	Suécia
Canadá	Madagáscar	Suíça
China	Malásia	Tailândia
Comissão Europeia	Malawi	Tanzânia
Coreia	Mali	Tajiquistão
Dinamarca	Marrocos	Timor Leste
Egito	Mauritânia	Tunísia
Espanha	México	Turquia
Estados Unidos	Mongólia	Uganda
Etiópia	Moçambique	Vanuatu
Federação Russa	Nepal	Vietnã
Filipinas	Nicarágua	Zâmbia
Finlândia	Níger	
Fiji	Noruega	
França	Nova Zelândia	
Gâmbia	Países Baixos	
Gana	Paquistão	

\* A confirmar

### Organizações Multilaterais Participantes

Banco Africano de Desenvolvimento	Fundo Internacional de
Banco Árabe para o	Desenvolvimento Agrícola (FIDA)
Desenvolvimento Econômico em	Fundo Monetário Internacional (FMI)
África	Fundo Nórdico de Desenvolvimento
(BADEA)	G24
Banco Asiático de Desenvolvimento	Grupo Consultivo de ajuda aos mais
Banco de Desenvolvimento do	pobres
Conselho da Europa (CEB)	Grupo das Nações Unidas para o
Banco Europeu de Investimento	Desenvolvimento (GNUM)
(BEI)	Iniciativa Acelerada de Educação
Banco Europeu para a Reconstrução	para Todos
e Desenvolvimento (BERD)	Nova Parceria para o
Banco Interamericano de	Desenvolvimento de África
Desenvolvimento	Organização de Cooperação e de
Banco Islâmico de Desenvolvimento	Desenvolvimento Económico
Banco Mundial	(OCDE)
Campanha do Milênio	Organização dos Estados das
Comissão Econômica para a África	Caraíbas Orientais (OECS)
(CEA)	Organização Internacional da
Fundo da OPEC para o	Francofonia
Desenvolvimento Internacional	Secretariado da Commonwealth
Fundo Global de Luta contra a Sida,	Secretariado do Fórum das Ilhas do
a Tuberculose e a Malária	Pacífico

### Organizações da Sociedade Civil

Africa Humanitarian Action	EURODAD
AFRODAD	Fundação Bill e Melinda Gates
Canadian Council for International	International Union for Conservation
Cooperation (CCIC)	of Nature and Natural
Comisión Económica (Nicaragua)	Resources (IUCN)
Comité Catholique contre la Faim et	Japan NGO Center for International
pour le Développement	Cooperation (JANIC)
Coopération Internationale pour le	Reality of Aid Network
Développement et la	Tanzania Social and Economic Trust
Solidarité (CIDSE)	(TASOET)
ENDA Tiers Monde	UK Aid Network